



**INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

THAÍS TEIXEIRA DA SILVA

**A EMERGÊNCIA DAS MULHERES NA AÇÃO COMUNITÁRIA:
NARRATIVAS, FEMINISMOS E DIREITOS HUMANOS**

Porto Alegre
novembro de 2019

THAÍS TEIXEIRA DA SILVA

**A EMERGÊNCIA DAS MULHERES NA AÇÃO COMUNITÁRIA:
NARRATIVAS, FEMINISMOS E DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Liliane Madruga Prestes

Porto Alegre
novembro de 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586e Silva, Thaís Teixeira da
A emergência das mulheres na ação comunitária: narrativas,
feminismos e direitos humanos / Thaís Teixeira da Silva – 2019.
119 f.: il ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado
Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT.
Porto Alegre, 2019.

Orientadora: Prof^a. Dra. Liliane Madruga Prestes.

1. Feminismo. 2. Liderança comunitária. 3. Direitos humanos. I.
Prestes, Liliane Madruga. II. Título.

CDU 37:004

Elaborada por Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura - CRB10/2229.

THAÍS TEIXEIRA DA SILVA

**A EMERGÊNCIA DAS MULHERES NA AÇÃO COMUNITÁRIA:
NARRATIVAS, FEMINISMOS E DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 27 de novembro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Liliane Madruga Prestes
Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Martiarena de Oliveira
Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Docente ProfEPT

Prof^a. Dr^a. Jane Felipe de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

THAÍS TEIXEIRA DA SILVA

**A EMERGÊNCIA DAS MULHERES NA AÇÃO COMUNITÁRIA:
NARRATIVAS, FEMINISMOS E DIREITOS HUMANOS**

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 27 de novembro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Liliane Madruga Prestes
Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Martiarena de Oliveira
Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Docente ProfEPT

Prof^a. Dr^a. Jane Felipe de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedicatória

À Isadora, ao Ernesto e ao Antonio.

Às mulheres que compartilharam este percurso.

Às mulheres que batalham por igualdade, equidade e pelo direito à vida.

A todas as mulheres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas colegas que contribuíram de alguma forma para que este trajeto fosse possível. Agradeço aos meus colegas do setor de Comunicação do Campus Restinga, pelo respeito às ausências e pela colaboração nos momentos de aperto. Agradeço à direção do Campus, que oportunizou os espaços para que o curso pudesse ser realizado. Agradeço minha orientadora, sempre compreensiva e parceira. Agradeço às mulheres, lindas, guerreiras, líderes a partir de seus exemplos, que nos brindaram com o conhecimento que é inerente à caminhada delas. Minha eterna gratidão pelo aprendizado! Agradeço às participantes do curso pela garra de enfrentar os piores frios do nosso inverno e chegarem ao final dele, ajudando a construir este espaço democrático de formação, de fala e escuta. Agradeço a minha família, meu companheiro, que segurou todas as barras para que eu pudesse dedicar tempo a esta construção de conhecimento e de cidadania. Agradeço aos meus filhos por existirem e me darem constantemente o limite dos tempos da vida. Posso mais porque tenho vocês comigo nesta caminhada! Gratidão!

Tenho gratidão ainda pelas Guanecis, Almerindas, Djaniras, Cláudias, Saletes, Karinas, Mahiras, Kathiellys (com ou sem «h»), Anas, Marianas e Alanas. Mulheres e meninas que se dispuseram a realizar essas trocas de experiência e de conhecimento e que nos brindaram com lindos momentos de aprendizagem. Obrigada por ajudarem a construir um mundo melhor, mais igualitário e dentro de uma nova perspectiva de equidade de gênero, de raça e de classe. Deixo palavras de coragem e de união. Porque só o coletivo transforma. Acreditando nestes pequenos espaços de (trans)formação podemos mudar o mundo. Tenho fé nisso. Ninguém solta a mão de ninguém! Até breve, parceiras!

*E o resto foi me deixar mudar pela
experiência.
Porque só tem graça ser repórter quando
nos entregamos à reportagem
e deixamos que ela nos transforme.
Se um dia eu voltar a mesma
de uma viagem para a floresta do Amapá
ou para a periferia de São Paulo,
abandono a profissão.
Ser repórter é renascer e se recriar a cada
reportagem.
De preferência, por parto natural.”*

Eliane Brum, O Olho da rua, 2017

RESUMO

Este trabalho refere-se à pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Como resultado da presente investigação, foi ofertado um curso de formação continuada visando à formação de jovens lideranças comunitárias, cujos dados produzidos foram sistematizados no formato de uma cartilha. O referido produto é resultante da pesquisa cujo objetivo foi promover um espaço formativo para mulheres do bairro Restinga, valorizando o protagonismo das experiências e trajetórias de vida de lideranças comunitárias femininas. Para tanto foram realizadas entrevistas com cinco lideranças comunitárias femininas do contexto citado, tendo como critério de escolha a existência de vínculo entre as participantes e o Campus Restinga do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e com a temática das mulheres. A partir das convergências das entrevistas elaboramos em conjunto a proposta do curso de extensão “A emergência das mulheres na ação comunitária: narrativas, feminismos e direitos humanos”, que teve como objetivo formar mulheres articulando experiências e conhecimentos das lideranças com as trajetórias de vida das participantes do curso. A luta pela equidade de gênero passa pelos processos formativos de mulheres, em especial, os que buscam integrar suas trajetórias de vida com estudos teóricos, acadêmicos e movimentos sociais. O feminismo, os estudos de gênero e estudos feministas trazem uma nova perspectiva teórica que visibiliza o protagonismo de mulheres nas mais diversas áreas de atuação e do conhecimento. Desta forma, se para mulheres que detêm determinado tipo de privilégio não é fácil viver no meio à sociedade patriarcal, para mulheres moradoras de comunidades com acesso precário às políticas públicas estar no mundo passa a ser uma batalha pela vida. De uma maneira geral, percebemos que o trabalho extensionista de instituições acadêmicas realizam ações *para* e não *com* suas comunidades. Dentro do nosso contexto institucional, trabalhamos, então, com uma nova perspectiva de valorização do conhecimento popular forjado em experiências de vida, aliado ao conhecimento acadêmico. Em relação à temática do curso, promover ações que tensionem a equidade de gênero é um dos principais objetivos para um mundo menos desigual e mais ético e justo. O curso foi avaliado de forma positiva pelas participantes, havendo a proposta de continuidade das ações

educativas tanto das temáticas relacionadas à vida das mulheres quanto das redes de trocas e escutas e espaços de fala. Percebemos o potencial da ação formativa que propõe o protagonismo das pautas feministas relacionadas ao empoderamento de mulheres dentro de uma perspectiva de transformação social. Ainda como resultado da pesquisa, é possível afirmar que, no contexto pesquisado, as mulheres são as principais agentes dos movimentos sociais que lutam por políticas públicas, embora ainda dentro de um contexto do cuidado familiar.

Palavras-Chave: Mulheres. Feminismos. Espaços não-escolares da EPT. Lideranças comunitárias. Bairro Restinga.

ABSTRACT

This paper refers to research carried out under the Professional Master's Degree in Vocational and Technological Education of the Porto Alegre Campus of the Federal Institute of Rio Grande do Sul. As a result of this research, a continuing education course was offered aiming at the formation of young community leaders, whose data were systematized in the form of a booklet. This product is the result of research whose objective was to promote a training space for women. Restinga neighborhood, valuing the leading role of experiences and life trajectories of female community leaders. To this end, interviews were conducted with five female community leaders from the aforementioned context, having as a criterion of choice the existence of bond between the participants and the Restinga Campus of the Federal Institute of Rio Grande do Sul and with the theme of women. From the convergence of the interviews, we jointly elaborated the extension course proposal "The emergence of women in community action: narratives, feminisms and human rights", which aimed to educate women by articulating leadership experiences and knowledge with the life trajectories of women. course participants. The struggle for gender equity goes through the educational processes of women, especially those who seek to integrate their life trajectories with theoretical, academic and social movements. Feminism, gender studies and feminist studies bring a new theoretical perspective that makes visible the role of women in the most diverse areas of expertise and knowledge. Thus, if it is not easy for women who have a certain kind of privilege to live in the midst of patriarchal society, for women living in communities with poor access to public policy to be in the world is a battle for life. In general, we realize that the extension work of academic institutions performs actions *for* and not *with* their communities. Within our institutional context, we work, therefore, with a new perspective of valuing popular knowledge forged in life experiences, allied to academic knowledge. Regarding the course theme, promoting actions that tension gender equity is one of the main objectives for a less unequal and more ethical and fair world. The course was positively evaluated by the participants, with the proposal of continuity of the educational actions of the themes related to the women's life as well as the exchange and listening networks and speech spaces. We realize the potential of the formative action that proposes the leading role of feminist agendas

related to women's empowerment within a perspective of social transformation. Still as a result of the research, it is possible to state that, in the researched context, women are the main agents of social movements that fight for public policies, although still within the context of family care.

Keywords: Women. Feminisms. EPT Non-School Spaces. Community Leadership. Restinga neighborhood.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Flyer eletrônico de divulgação do curso	36
Figura 2 - Maria Salete em apresentação no curso	38
Figura 3 - "Meu autorretrato", de Maria Salete em atividade do curso	39
Figura 4 - Maria Guaneci em apresentação no curso	39
Figura 5 - Almerinda em apresentação no curso	40
Figura 6 - Djanira em apresentação no curso	41
Figura 7 - Cláudia em apresentação no curso	42
Figura 8 - Apresentações das participantes na Oficina 1	45
Figura 9 - Aplicação da Técnica do Espelho	46
Figura 10 - Quadro com anotações realizadas durante a Técnica do Espelho...	46
Figura 11 - Quadro de anotação dos <i>Scripts</i> de gênero	48
Figura 12 - Linha do tempo do feminismo	53
Figura 13 - Oficina 2	56
Figura 14 - Imagens utilizadas na atividade sobre empoderamento	58
Figura 15 - Quadro de anotações da atividade Ficha de Assinatura	65
Figura 16 - Texto do autorretrato da Mahira Agni	66
Figura 17 - Desenho do autorretrato da Mahira Agni	66
Figura 18 - Excerto questionário 1	67
Figura 19 - Excerto questionário 2	68
Figura 20 - Excerto questionário 3	68
Figura 21 - Excerto questionário 4	69
Figura 22 - Excerto questionário 5	69
Figura 23 - Excerto questionário 6	70
Figura 24 - Excerto questionário 7	70
Figura 25 - Grupo de participantes no último dia de aula	71

SUMÁRIO

EU SOU PORQUE SOMOS	15
Notas de rodapé	29
1 POR E PARA MULHERES: UMA BREVE INTRODUÇÃO AO TRABALHO	31
2 ITINERÁRIO COLETIVO	35
3 EXPRESSO FEMINISTA	38
3.1 "Eu aprendi a lutar"	38
3.2 "Na minha vida toda eu ajudei outras mulheres"	39
3.3 "Eu aprendi com meu pai a ser voluntária nesta vida"	40
3.4 "Enquanto eu estiver lutando é sinal que eu tô viva"	41
3.5 "Eu não sou uma supermulher, nem quero ser"	42
4 AS LENTES DE VER O MUNDO: GÊNERO E FEMINISMOS	44
4.1 Narrativas e feminismos - Oficina 1	44
4.2 Trajetórias de empoderamento e lugar de fala - Oficina 2	52
5 DO NÃO-LUGAR AO LUGAR ONDE QUERO ESTAR	61
6 PRA COMEÇO DE CONVERSA	64
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE A – Produto Educacional	76

EU SOU PORQUE SOMOS

Lugar de fala. Sororidade. Feminismo. Alteridade. Igualdade. Interseccionalidade. Palavras complicadas, ou nem tanto. Que transitam diariamente em nossas vidas. Mas são palavras que só fazem sentido se colocadas em prática para além de estudos acadêmicos e universitários. Falar em igualdade e pensar que o único conhecimento autorizado é o acadêmico não é praticá-la. Minha trajetória de mulher, branca, trabalhadora, mãe de 3 filhos, servidora pública, estudante foi constituída em espaços privilegiados, e outros nem tanto. Com base nesses pressupostos pessoais comecei a reflexão de que forma poderia usar do meu espaço privilegiado para oportunizar outras vozes silenciadas de serem escutadas. Assim surgiu a proposta do curso de extensão “A emergência das mulheres na ação comunitária: narrativas, feminismo e direitos humanos”, resultante da pesquisa realizada no âmbito da comunidade do Campus Restinga do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), como produto do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFRS - Campus Porto Alegre.

Quando descobri os estudos de gênero estava coordenando o Programa Mulheres Mil¹ no Campus Restinga, um programa voltado a mulheres em situação de vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo estava no mestrado em Educação da UFRGS, não concluído por circunstâncias da vida mais comuns às mulheres que aos homens, o nascimento do meu segundo filho. As questões relacionadas à classe e raça eram inerentes à minha formação, mas dizem que os estudos de gênero funcionam como uma lente que quando colocamos o mundo não volta a ser visto por outra ótica. É uma ferramenta de análise, uma perspectiva de mundo, mas ainda uma postura revolucionária perante o mundo e as ciências, ditas neutras e objetivas.

¹ O Programa Mulheres Mil foi instituído pela portaria 1.015/2011, de 21 de julho de 2011, e integrou o Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal. Seu objetivo legal foi definido no artigo 1º da portaria: “visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social”; suas diretrizes legais são: “possibilitar o acesso à educação; contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; promover a inclusão social; defender a igualdade de gênero; e combater a violência contra a mulher.” O Programa tem como objetivo possibilitar que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica que permita sua elevação de escolaridade, “emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade”.

É nisso que acredito, que as mulheres podem desconstruir um mundo fundado em relações competitivas e patriarcais. Para isso, precisamos fortalecermo-nos mutuamente enquanto coletivo de mulheres, para que possamos atuar enquanto alicerce desta transformação do mundo. Da mesma forma, entendo que precisamos de alguma forma reconhecer a interseccionalidade inerente a determinados aspectos sociais. Ao reconhecer o meu espaço de privilégio, de acesso a espaços institucionalizados, acadêmicos, de formação, decidi que ele seria compartilhado com outras mulheres, também invisibilizadas, mas de grande potência (trans)formadora, oportunizando um espaço de fala para que suas trajetórias e seus conhecimentos pudessem ser reconhecidos e difundidos. É do lugar do privilégio compartilhado (em certa medida) que busco acessar outras vozes, outras experiências silenciadas, possibilitando que contem sua própria história e constituam a representação do seu espaço narradas por elas mesmas. Sobre o silenciamento de alguns corpos, Berth (2018, n.p) nos fala:

A partir da frase da ativista negra brasileira Monique Evelle, em 2015, quando afirmou em palestra 'nunca foi tímida, fui silenciada'. Essa afirmação denuncia um sistema que funciona na opressão pelo apagamento, assim como a feminista negra caribenha Audre Lorde quando diz que 'o peso do silêncio vai acabar nos engasgando'. Assim como Dotson, Audre reflete que tal silêncio não é individual, mas sim um silenciamento institucional, uma conduta, uma ação em provocar esse silenciar de grupos subalternizados.

Início o artigo propriamente dito referente a esta dissertação de mestrado apresentando as motivações, objetivos e relevância desta pesquisa. O Capítulo 1 - "Por e para mulheres: uma breve introdução ao trabalho" resgata o propósito de trabalhar com mulheres invisibilizadas, promovendo espaços institucionais de formação para uma atuação individual e coletiva. Neste sentido, é importante ressaltar o momento histórico pelo qual passa o país nos últimos anos, após o impeachment da primeira presidenta mulher do Brasil, que abordo na sequência.

A partir da minha chegada ao Campus Restinga, no ano de 2010, tive a oportunidade de (re)conhecer as histórias de diversas lideranças femininas do bairro Restinga, na cidade de Porto Alegre, lugar onde trabalho. A proximidade de relação com a Comissão de Implantação da escola técnica na Restinga, a parceria na realização do Programa Mulheres Mil e em outras ações, fez aprofundar a admiração e o interesse na construção das trajetórias destas lideranças. Mais ainda,

percebi que grande parte destas lideranças eram (e são) mulheres, inclusive a presidente da Comissão que batalhou para que houvesse um campus na Restinga. Ao me aproximar da temática relacionada a mulheres e empoderamento, os estudos e leituras da área foram significando o que na minha experiência vivenciava: as violências e desigualdades de gênero cotidianos em uma sociedade patriarcal. Violências nem sempre aparentes, mas constantes, limitadoras e opressoras tanto institucionais quanto no espaço privado, gerando um círculo de retirada das mulheres da vida pública e do mundo do trabalho.

Solnit (2017), em estudo sobre os novos feminismos, ressalta que são inúmeras as maneiras de calar uma mulher na vida pública e profissional, reforçando uma esfera pública masculina. Engenheiras impedidas de realizar determinados estágios ou papéis importantes, mulheres em campeonatos de xadrez que relatam assédios e menosprezo e, por fim, mulheres na política, que narram críticas recebidas pela aparência, voz, ambição ou por não se dedicarem integralmente à família. As limitações no reconhecimento da mulher como sujeito de voz e direitos alcançam o Estado, cuja estrutura não está plenamente preparada para as abordagens nas políticas com foco na mulher apesar dos avanços, inclusive nas legislações: 'O feminismo mudou as leis. Mas recorrer à polícia, que tem sua própria incidência elevada de casos de violência doméstica e meios limitados de dar qualquer eficácia às ordens de restrição, é uma estratégia que costuma falhar com muita frequência' (SOLNIT, 2017, p. 32). (SOUSA, 2019, p.302)

Em 2013 entrei para o mestrado em Educação da UFRGS, em que elaborei projeto e pesquisa relacionada às narrativas das mulheres integrantes do Programa Mulheres Mil do Campus Restinga, mas não foi possível concluir o referido programa de mestrado em função do nascimento do meu segundo filho no início de 2016. Mais uma vez o silenciamento e a violência dizendo a uma mulher, mãe, que o lugar dela é em casa e não no espaço público.

Mas como cheguei até aqui? Formada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo na UFRGS, em 2008 realizei o concurso público para o CEFET- BG (Centro Federal de Educação Técnica de Bento Gonçalves), que no mesmo ano se tornou um dos *campi* do IFRS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul), no cargo de produtora cultural. A criação dos IFs era uma política pública sendo executada para descentralizar a educação de maneira qualificada e promover o desenvolvimento local nas regiões em que se encontrava. Concluí, no ano de 2010, pós-graduação na área de Gestão

cultural e aproximei-me dos teóricos da educomunicação e dos Estudos Culturais com ênfase na cultura e comunicação. Leituras já iniciadas em alguns cursos de extensão e mesmo na faculdade de jornalismo.

Após um ano e meio no interior, em Bento Gonçalves, fui convidada a trabalhar em um novo campus do IFRS que estava sendo implantado no bairro Restinga, na cidade de Porto Alegre. Alguns questionamentos surgiram na cabeça. O companheiro buscou no Google: “assassinatos na Restinga”, e o que apareceu? “Assassinatos na Restinga”. Meses antes de me mudar para a cidade de Bento Gonçalves, em 2008, lembrava de ver notícias do assassinato cruel de uma líder comunitária, dos assaltos aos bares e minimercados, do fracasso do distrito industrial, das brigas de gangues entre as duas alas do bairro. Meu chefe na época, coordenador da Comunicação da Reitoria do IFRS em Bento Gonçalves, que participava de algumas reuniões com a comissão de implantação do campus na Restinga, composta por membros ativos e ativistas desta comunidade, me dizia que o bairro era a minha cara e o meu chão. Conheci a história, o bairro, as pessoas e me apaixonei. Nosso campus tem uma história emocionante, sendo uma instituição da rede federal de educação profissional demandada e conquistada pela comunidade, com muita luta, e não pelo poder público, conforme evidenciado em diversos estudos anteriores realizados sobre a implementação do IFRS, entre os quais cito Oliveira (2013).

A cada encontro com a Comissão de Implantação do Campus Restinga, bastante presente no nosso cotidiano até final de 2012, e, após, com diversas lideranças nas parcerias relacionadas a projetos e ao Mulheres Mil, o relato, as narrativas e as histórias contadas eram de admirável engajamento e dedicação, bem como sua luta para que a comunidade apareça para além do noticiário policial e para que a juventude do bairro, seus filhos e filhas, vizinhos e vizinhas, tenham alternativas para além da violência, da exclusão e da discriminação.

Ao longo desta trajetória, que soma quase 10 anos no bairro, criei vínculos e afetos e senti necessidade de conhecer melhor suas histórias e fazer conhecer quem eram essas mulheres, essas lideranças. Qual espaço de escuta elas podem acessar? Como se identificam e como são representadas? Como se constitui sua

trajetória e qual a sua perspectiva dentro da comunidade, da sociedade, do mundo? Que papel exercem na transformação do seu entorno? Como entendem sua colocação no mundo? Como pensam a sociedade a partir da sua posição enquanto mulher? Como isso impacta em suas trajetórias e o que podemos apreender a partir delas? Que saberes e experiências estas mulheres podem compartilhar conosco, que não são escutados porque não detêm visibilidade? E, assim, dei início à proposta, conversando e mostrando a ideia, depois realizei as entrevistas nas quais identifiquei alguns temas convergentes e colocamos em prática nossa proposta de curso ministrada em conjunto com elas, voltado a mulheres, à formação de mulheres, valorizando os saberes destas mulheres, introduzindo conceitos teóricos dos estudos de gênero e feministas, e que seguirá rendendo muitos outros projetos.

No Capítulo 2, Itinerário Coletivo, faço uma explanação sobre os procedimentos metodológicos e o cronograma da pesquisa e de aplicação do produto educacional. Neste sentido, cabe ressaltar que busquei, com esta proposta, estreitar o papel da instituição como propulsora de um conhecimento democrático, plural, transversal e acessível às comunidades em que está inserida, alçando a instituição pública de educação como casa do saber acadêmico e popular que dialogam e convergem no sentido da promoção de uma condição humana social e cultural menos desigual.

Como diz o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, a experiência social mundial é ampla e variada, mas é desperdiçada pela ideia de progresso, que toma as experiências e saberes das comunidades, dos trabalhadores, das crianças e de tantos outros como “resíduos” de um tempo passado ou, simplesmente, como “ignorância”. Quando a pedagogia separa teoria e prática, atribuindo a si o lugar de teoria e a estes atores o lugar da prática, enaltece a primeira em detrimento da segunda, e acaba desperdiçando o conhecimento com o qual não se identifica. (SINGER, 2011, p.26)

Conforme citei anteriormente, durante o período de realização da pesquisa, muitas foram as aprendizagens compartilhadas com as lideranças comunitárias participantes do estudo, os quais foram pautados pela escuta atenta e cujos relatos foram a inspiração para as reflexões apresentadas neste texto. Exemplo disso, é a lembrança do nosso último encontro, no sábado, 13/07/2019, quando ao dar carona para as participantes, uma delas, a Guaneci, a primeira a entrar no meu carro, com 7 lugares, que servia como uma espécie de van para irmos até o campus durante os

encontros, comentou: “Sabe, Thaís, eu estava pensando como a gente podia chamar o teu carro? Pensei em 'Expresso Feminista'.” E esse é o título do Capítulo 3, em que apresento as lideranças femininas entrevistadas que colaboraram na construção e na execução desta proposta de curso e com as quais continuo caminhadas coletivas para realizar pesquisas e ações com e sobre mulheres nas ações sociais e nas comunidades de periferia. As entrevistas completas e transcritas com estas lideranças, que embasaram a proposta de matriz curricular do curso, podem ser solicitadas à autora. Abaixo faço uma breve apresentação de quem são estas mulheres.

A Maria Salete, 65 anos, nos conquista pela fala crítica, lúcida e envolvente com que narra suas histórias. É uma Promotora Legal Popular² formada ainda na primeira turma, e coordenou o projeto SIM - Serviço de Informação da Mulher na Restinga. Participa de muitas lutas, em especial, pela educação e contra a violência contra a mulher e leva estes preceitos para os movimentos em que participa. Como muitas mobilizadoras - ela alega que líder é quem move multidões -, se tornou uma lutadora pela necessidade que se colocava diante da carência de serviços e equipamentos para sua família e comunidade e viu nestas batalhas diárias da vida oportunidades de escrever sua história a partir da própria vontade.

Foi dentro do curso dos promotoras legais que eu encontrei esse objetivo, de mudar minha história, através da mudança da minha história mudar a história dos meus filhos. Podia fazer com que eles tivessem uma outra, com que eles construíssem uma outra história na vida deles. (Maria Salete, 2019)

Participo da Themis, que é uma ONG feminista, Gênero, Justiça e Direitos Humanos, que até hoje eu participo da formação, de cursos de formação de mulheres lideranças comunitárias para que elas tenham acesso, conhecimento e informação e acesso à justiça, e essa ong inclusive, ela foi uma das que escreveu boa parte da Lei Maria da Penha né. Então a gente é muito solicitada para falar dessa lei, que é a terceira melhor lei do mundo né. (Maria Guaneci, 2019)

Guaneci, 61 anos, tem orgulho da trajetória que construiu ao lado de outras mulheres e lutadores da comunidade e tem um importante trabalho junto à Themis, organização não-governamental voltada aos direitos das mulheres. Ela conta que

² O programa Promotora Legal Popular é uma ação criada em 1993 pela Organização não-governamental Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, cujo objetivo é promover o acesso à justiça por mulheres a partir da formação de mulheres que atuem como multiplicadoras e acolhedoras em comunidades em referência a ações contra a violência contra mulheres.

começou na vida comunitária pela falta de serviços no bairro para sua família e comunidade e que isso foi importante para constituição da sua trajetória: *“Eu acho que tudo isso constituiu a mulher que sou hoje.”* Guaneci é referência quando se trata de buscar informações sobre o bairro.

Almerinda, 57 anos, está sempre em movimento, participando de diversas ações junto aos coletivos e instituições do bairro, bem como articulando ações junto ao comando local da Brigada Militar, como coordenadora do Fórum Regional de Segurança do bairro Restinga. Ela tem um entendimento de Segurança formado em sua trajetória e na participação do programa Mulheres da Paz.

Quando eu fui Mulheres da Paz a gente não trabalhava só com jovem, a gente trabalhava com toda a família. A gente fazia o encaminhamento pros jovens, mas a gente não tinha que tratar só o jovem, tinha que tratar toda a família junto também. Então foi aí que eu comecei a me identificar mais com a segurança para a gente poder entender o lado da segurança e o lado do jovem e da família também. Foi aí que eu comecei a entrar na segurança de cabeça mesmo, de saber porque a segunda era tão represália. (Almerinda, 2019)

Por conta de situações de ordem familiar ela conseguiu participar apenas da primeira oficina, mas ajudou na construção do curso e é uma das lideranças entrevistadas e bastante atuantes no bairro.

Djanira, 66 anos, ainda hoje é representante dos usuários do posto de saúde da sua região na conferência de saúde. Conta que trabalha há 57 como empregada doméstica e tem orgulho de sua trajetória de “menina diferente”, conforme dizia sua mãe. Ela diz que lê muito e sobre tudo o que pode acrescentar. Tem um filho, que criou sozinha. Durante o nosso curso, houve um ato de comemoração pelos 5 anos do Hospital da Restinga e Extremo Sul, outro equipamento público conquistado pela luta comunitária, inaugurado em 2014. Dja, como é conhecida, foi lembrada junto com seu Nelson, outra liderança, apenas por um dentre tantos políticos e técnicos presentes, que esqueceram que quem trabalhou para aquele hospital estar lá foram pessoas invisíveis como ela.

A Cláudia, 48 anos, foi membro do conselho de campus do Campus Restinga, é Promotora Legal Popular e atua hoje no Conselho Regional de Assistência Social. Já fez parte, entre outras frentes, do movimento pela moradia. Ela mora na 5ª unidade da Restinga, bem próxima ao campus, mas já passou por outros territórios

do bairro, inclusive por ocupação. É aluna de curso superior nosso, mãe de ex-aluno que hoje estuda na UFRGS, foi aluna do Proeja e do Programa Mulheres Mil. Foi a que mais falou na nossa entrevista e durante o curso.

Quando iniciamos os estudos de gênero e feministas iniciamos um caminho sem volta. Passei a olhar tudo sob a lente dos estudos de gênero e a perceber como nossos espaços públicos são constitutivos majoritariamente por homens, brancos, ricos, heterossexuais. São eles que produzem representações e agenciam todos os demais grupos, formulando e aprovando políticas, leis, normas e produzindo conhecimento de um ponto de vista restrito de um único lugar de fala. Sobre isso, Sousa (2019, p.302) fala:

Historicamente, as mulheres são sub-representadas em diversos campos de discussões de temas de interesse público, principalmente por sofrerem as barreiras para alcançar postos de poder. Neste sentido, a esfera pública burguesa ainda é predominantemente masculina, debatendo temas e formulando uma opinião pública através de um ponto de vista que privilegia os homens, deixando muitas vezes de abarcar as diferenças e as contribuições das minorias.

A importância de realização de ações de promoção à igualdade de gênero é uma das metas mais importantes que integram a elaboração das políticas nacionais e mundiais relacionadas ao combate à discriminação e preconceito. É o 5º dos 17 Objetivos para Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030³, adotada pela Assembleia da ONU em 2015.

Realizando levantamento bibliográfico no Portal de Periódico da Capes sobre a temática “mulher e política” e “lideranças comunitárias femininas” observei que o material produzido é recente e em pequeno número, sendo o segundo quase que escasso, o que torna a proposta de pesquisa e ação ainda mais relevante. Com a aplicação do produto educacional, busquei promover um referencial na formação de lideranças femininas com viés comunitário e político e ampliar com isso o espaço de atuação da mulher no nosso campus e comunidade, valorizando a história de vida das mulheres que atuam politicamente na comunidade.

³ <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>, acessado em 27/10/2019.

Alguns dados são alarmantes. Por exemplo, em pesquisa que a União Interparlamentar⁴ mantém, o Brasil ocupa a 134ª posição entre 193 países no ranking de participação feminina no parlamento nacional, com 77 mulheres deputadas (aumento de 22 cadeiras em relação a setembro/18) entre 513 no total, e 12 senadoras entre 81 no total. Considerando que a partir da 5ª posição no ranking o percentual de representatividade feminina nos países é menor que 50%, a pouca participação feminina na política é fenômeno mundial bem como os movimentos de resistência feminista, como o 8M⁵, entre outros.

Em outra pesquisa relacionada à participação feminina na política brasileira, realizada pelo Data-Senado⁶ em conjunto com a Procuradoria da Mulher, realizada em 2014, 62% das mulheres entrevistadas responderam que se candidatariam a algum cargo político caso tivessem chance de concorrer, e 12% já pensaram nisso seriamente, enquanto 41% afirma que não o faz por falta de apoio dos partidos políticos. Estes dados são importantes porque no Brasil a legislação eleitoral determina que os partidos tenham 30% de candidatas mulheres nas proporcionais. Se elas querem, se a lei obriga, por que ainda temos baixa representatividade de mulheres nos espaços políticos existentes no país? A pergunta tem mais pertinência levando em consideração outro dado trazido pela pesquisa de que 83% do eleitorado entrevistado não identifica a questão de gênero para definir seu voto, ou seja, votaria em homem ou mulher.

De acordo com a associação sem fins lucrativos Politize⁷, embora a participação feminina nas eleições através de candidaturas tenha crescido, em especial após a aprovação da obrigatoriedade de 30% de candidaturas, o percentual de votos conferidos a elas caiu e a presença nos legislativos municipais permaneceu a mesma, abaixo de 15%. Segundo dados de pesquisa recente⁸, 18.244 candidatas à vereadora nas eleições de 2016 não receberam nem mesmo o próprio voto, evidenciando a prática que muitos partidos têm ao apenas cumprirem formalmente

⁴ <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=9&year=2019>>, acessado em 06/10/2019.

⁵ Greve Mundial das Mulheres, movimento iniciado em 2017, com o lema “Nem uma a menos”.

⁶ <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-mulheres-na-politica>>, acessado em 06/10/2019.

⁷ <<http://www.politize.com.br/transparencia/>>, acessado em 06/10/2019.

⁸ <<http://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>>, acessado em 06/10/2019.

com as cotas obrigatórias sem investimento em tais candidaturas. Segundo dados do TSE, em 2016 a ocupação de mulheres na política brasileira ficou em 13,51% nos legislativos municipais; 11,33% nas Assembleias Estaduais; 9,94% na Câmara dos deputados; e 14,41% no Senado.

Por outro lado, apesar de as mulheres estarem conquistando os espaços públicos, embora poucos e subvalorizados, continuam assumindo as demandas do espaço privado. Segundo Cruz, Nascimento e Santana (2018, p.43):

No período de 2010-2014 no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) indica 67% (11,4 milhões) de mulheres na condição de chefia familiar. Contudo, permanecem as assimetrias na divisão sexual do trabalho. Elas têm mais anos de estudo, se dividem entre o trabalho e os cuidados com a casa (desempenham dupla, tripla jornadas de trabalho), ganham menos e trabalham mais. Os dados de gênero divulgados pelo IBGE (2015) mostram que as brasileiras estão tendo filhos mais tarde e se tornando chefes de família em mais domicílios do país. Elas comandam 87% das famílias sem cônjuge e com filhos. Elza Berquó (2002, p.248) evidencia que desde o final do século XX esboça-se uma tendência à diminuição da hierarquia conjugal, conforme sinalizado por muitas famílias. Mesmo com a presença de marido ou companheiro, a mulher é frequentemente apontada como a principal provedora do domicílio.

A tomada do espaço público pelas mulheres a partir das lutas e conquistas por uma nova significação das relações de poder e resistência serão tratados ao longo do Capítulo 4 - As lentes de ver o mundo, em que abordo os referenciais de gênero, estudos feministas, divisão sexual do trabalho e *scripts* de gênero no subcapítulo 4.1, articulando com a realização e a análise da Oficina 1 do curso, realizada na manhã do sábado, 29/06/2019. Em continuidade, trabalharei a análise e referencial relacionados à Oficina 2 (realizada em 05/07/2019, sexta-feira noite) no subcapítulo 4.2. Abordo os processos e conceitos de empoderamento e lugar de fala a partir da história do feminismo no Brasil e no mundo e de imagens e frases retiradas das mídias. Cabe aqui a reflexão que o mundo se movimenta em ondas. Quanto mais avançam as ações de promoção de políticas públicas de equidade e de combate à discriminação de grupos minoritários, maior se torna a retaliação por parte de quem detém os privilégios de fala, de poder e de discurso sobre o outro. Ressalto que o entendimento de grupos minoritários se dá não em termos quantitativos, mas com relação à constituição de coletivos composta por indivíduos com difícil ou nenhum acesso a direitos fundamentais e aos espaços de representação e decisão, sendo as principais vítimas das desigualdades e violências

estruturais e institucionais. Neste sentido, podem se configurar como uma maioria absoluta em números, mas em acesso de direitos carecem de um suporte do estado na promoção de políticas públicas voltadas a estes coletivos.

Não por acaso, toda luta social que mexe em acúmulos e excedentes de privilégios provocando uma tensão estrutural na sociedade, pelo incômodo premeditado de indivíduos que estão em uma posição de conforto social, tende seguramente a ser alvo de estratégias de autoproteção desses grupos, que acabam por criar estratégias quase instintivas de defesa aguerrida de seus interesses. É o movimento reativo que ao menor sinal de perigo sai em defesa daquilo que acredita ser seu por direito. (BERTH, 2018, n.p)

Como nos elucida Berth (2018), o poder hegemônico tenta por todos as formas retroceder na conquista dos direitos humanos destes grupos minoritários. Assim, vemos ao longo de nossa história diversos movimentos e momentos reacionários, conservadores e patriarcalistas justo quando as pautas de igualdade estão promovendo tensionamentos sociais a partir de políticas públicas conquistadas à base de representatividade e participação.

Ao longo do Capítulo 5 - Do não-lugar ao lugar onde quero estar abordo, de maneira bastante introdutória, conceitos relacionados à comunidade, coletivos, participação e liderança comunitária, relacionando-os com os relatos da Oficinas 3, realizada na manhã do sábado, 06/07/2019. Aqui também apresento o *locus* da pesquisa, um bairro que movimenta afetos e sentimentos de coletividade ao mesmo tempo em que é retratado de maneira agressiva e violenta nas páginas policiais. Observo que em virtude das limitações de espaço não será possível abordar a Oficina 4, realizada na noite de sexta-feira 12/07/2019, nesta dissertação, sendo ela objeto de análise em artigo posterior.

Neste sentido, trabalhar projetos e ações que promovam processos profundos que vissem à transformação social é inerente à condição de empoderamento. Esta reflexão é o objetivo principal da Oficina 2, alicerçada nas leituras de Batliwala (1997) e de Berth (2018).

Há que se deixar muito bem pontuado que, uma vez que se trata de instrumento importante nas lutas emancipatórias de minorias sociais, sobretudo de cunho racial e de gênero, não podemos cair na vala comum e seguir permitindo que o termo padeça de relevância prática e ideológica por meramente cair nas raias do pensamento liberal, servindo assim de sustentação do saber que fatalmente é a raiz da situação que cria a necessidade de haver um processo de empoderamento. (BERTH, 2018, n.p)

É importante ressaltar a ligação dos processos estruturais de dominação masculina numa sociedade alicerçada nos valores de agressividade e violência com as taxas de feminicídio. O Brasil⁹ é o quinto país com a maior taxa de feminicídio no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde. O termo feminicídio¹⁰ é utilizado para especificar o assassinato de mulher apenas pelo fato de... ser mulher. Os dados podem ser ainda piores se considerarmos que muitas notificações de feminicídios ainda são realizadas como homicídios.

Essa situação tem vinculação direta com a representatividade nos espaços de decisão das políticas públicas, onde as mulheres não estão sendo representadas e nem seus direitos. Não é por nada que o governo interino pós-golpe de 2016 acabou com o ministeriado composto por mulheres¹¹ e hoje vivemos um recrudescimento da violência contra a mulher e outras minorias, autorizadas por um discurso do poder vigente baseado num patriarcado agressivo, misógino e racista. São inúmeros os exemplos e situações de violência e discriminação de gênero.

A jovem república centenária brasileira é praticamente embrionária em relação à representatividade feminina na política. Embora sua participação seja cada vez mais evidente e menos restrita às legiões da "boa vontade" e às atuações assistencialistas delegadas às primeiras-damas (qual seria o termo para o esposo da política mulher?), ainda há tentativas de silenciar esta participação. Casos como o impeachment da presidenta Dilma Rousseff¹², de acordo com algumas análises. Neste sentido é importante ressaltar alguns movimentos de misoginia¹³ vivenciados ao longo do seu governo, como a capa da Revista Isto É¹⁴, os adesivos colocados

⁹ <https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/27/taxa-de-feminicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo_a_23187246/>, acessado em 07/07/2019.

¹⁰ <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/violencias/feminicidio/#feminici%c2%addio-no-brasil>>, acessado em 07/07/2019.

¹¹ <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/13/ministerio-sem-mulheres-no-governo-temer.htm>>acessado em 10/10/2019.

¹² <<https://piaui.folha.uol.com.br/dilma-hillary-e-o-machismo/>> e <<https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misoginia-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>>, acessados em 10/10/2019.

¹³ <<https://www.cartacapital.com.br/politica/onu-mulheres-condena-violencia-sexista-praticada-contradilma>>, acessado em 10/10/2019.

¹⁴ <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/quando-a-misoginia-pauta-as-criticas-ao-governo-dilma>>, acessado em 10/10/2019.

nas bocas dos tanques dos carros, com a presidenta de pernas abertas¹⁵, são exemplos da violência de gênero a que estão expostas as mulheres que “ousam” entrar nos espaços públicos ocupados historicamente por homens brancos e heterossexuais.

Em meados de 2018, em entrevista concedida ao programa Roda Viva da TV Cultura de São Paulo, a pré-candidata à presidência da República, Manuela D’Ávila, passou por episódio de violência simbólica, sendo interrompida mais de 60 vezes¹⁶, com falas entrecortadas pelos seus entrevistadores e perguntas retóricas sobre assuntos não relacionados com seu programa de governo, no movimento chamado *maninterrupting*, palavra em inglês que une *man* (homem) e *interrupting* (interrupção). Ainda no campo do silenciamento simbólico, a então vereadora Samia Bonfim (2018), de São Paulo, teve o microfone cortado enquanto tecia críticas na tribuna do plenário ao presidente em exercício da Câmara de Vereadores do município.

Esta violência não fica apenas no campo simbólico, como pode ser evidenciado com o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco¹⁷, ocorrido em 14/03/2018, e até hoje sem responsabilização alguma, embora tenham chegado aos executores do crime. Marielle era a voz da mulher favelada, negra, a voz historicamente silenciada e excluída, que estava fazendo barulho por onde passava. A própria comunidade da Restinga vivenciou situação de morte de liderança comunitária, há dez anos, em que uma liderança comunitária foi torturada, estuprada e queimada viva¹⁸.

Desta forma, entendo que as violências só podem ser eliminadas a partir da ocupação, da escuta, da representatividade e do empoderamento. Portanto, propostas como a deste curso de extensão são exemplos na consolidação de uma resistência baseada nas micropolíticas do cotidiano, nas construções coletivas de espaços variados de participação, institucionais ou não, que promovam novos

¹⁵ <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/07/adesivos-de-dilma-com-pernas-abertas-sao-a-nova-moda-contr-a-presidente.html>>, acessado em 10/10/2019.

¹⁶ <<http://telepadi.folha.uol.com.br/licoes-deixadas-pela-controversa-entrevista-de-manuela-davila-a-roda-viva/>>, <<https://www.cartacapital.com.br/politica/manuela-davila-ganha-apoio-apos-ofensiva-machista-no-roda-viva>>, <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/conjunturando/manuela-avila-e-o-man-interrupting-na-politica>>, acessados em 10/10/2019.

¹⁷ <https://brasil.elpais.com/tag/caso_marielle_franco>, acessado em 10/10/2019.

¹⁸ <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/noticia/2008/08/policia-prende-mais-um-suspeito-de-participar-da-morte-de-lider-comunitaria-na-restinga-2126062.html>>, acessado em 10/10/2019.

pensares, novos relacionamentos consigo e com o/a outro/a e, em especial, apostam na interface entre os movimentos sociais e populares e a academia, promovendo espaços democratizados de saberes.

Entendendo que toda atividade humana, na medida em que está implicada, é política, é preciso que explicitemos nossos pressupostos teórico-epistemológicos e, ao fazê-lo, assumamos os aspectos político-ideológicos inerentes às nossas práticas. Quer na pesquisa, quer na academia ou na clínica, estes aspectos têm sido comumente negligenciados ou mesmo recusados, sob a também ideológica pretensão de neutralidade e objetividade. Tal recusa pode ser compreendida como uma estratégia das elites brancas masculinas e burguesas (que geralmente detêm a hegemonia dos espaços de poder-saber), ao tentarem evitar a responsabilidade sobre as motivações e sobre as consequências dos saberes produzidos, o que não só as feministas, mas também movimentos pacifistas, anti-racistas e anti-imperialistas, entre outros, têm ousado, há muito, questionar e denunciar” (Harding, 1991). (NARVAZ, 2006, p.648)

Entre as dificuldades e limitações para a realização e execução deste projeto, elenco uma principal. Os ritos e tempos acadêmicos não dão conta da vida. Menos ainda da vida de mulheres, de trabalhadoras. Desta forma, articular tantos sujeitos que mobilizem uma outra proposta de pensar academicamente entrava tanto em prazos quanto em procedimentos. Neste enfoque, ao realizar este estudo parto do entendimento de que é imprescindível a interlocução entre os diversos saberes e conhecimentos e a importância da valorização pedagógica das trajetórias destas lideranças. Berth (2018, n.p) nos alerta:

Romano se mostra preocupado com o empoderamento ser algo “tecnicizado”, pensado em sala de aula, ao invés de trocas de experiências coletivas e conjuntas de enfrentamento aos variados sistemas de dominação: “isto é se supervalorizaram os efeitos políticos da ação pedagógica em detrimento dos efeitos pedagógicos da ação política.

Uma pesquisa *com* se permite ser repensada a partir das trajetórias e dos lugares de fala, dos tempos do trabalho e da saúde, dos tempos da infância, dos tempos até mesmo da terceira idade, e mesmo das condições de tempo climáticas, pois nosso curso foi realizado no rigoroso frio do inverno, em noites e manhãs em que as temperaturas chegaram próximas do zero grau.

Nesta caminhada proposta *com* é inevitável que sejamos atravessadas e tangenciadas por questões não pautadas nem planejadas. Uma das principais questões que pude perceber é a importância de duas políticas públicas para o suporte, a formação e a afirmação destas mulheres enquanto lideranças

comunitárias, reforçando a importância de ações de formação de mulheres: o Programa Promotoras Legais Populares e o Programa Mulheres da Paz. Tiveram uma importante função na formação destas mulheres, cuja descrição extrapola os limites de uma simples nota de rodapé, mas por questões de objetivo, tempo e espaço de pesquisa não puderam ser aprofundados nesta dissertação. Desta forma, ainda nesta apresentação do trabalho, abordo brevemente ambas ações, não como nota de rodapé, mas com o subtítulo Nota de Rodapé, para evidenciar sua importância na vida destas mulheres.

Notas de rodapé

A trajetória das mulheres da Restinga tiveram dois importantes momentos de formação e atuação, sempre mencionados por quem participou/participa dessas ações. São os programas Mulheres da Paz e Promotoras Legais Populares, ainda em andamento este último, aos quais cabe uma breve explicação em que consistem.

O Programa Promotoras Legais Populares é um projeto iniciado em 1993 pela Organização Não-governamental Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos, com o objetivo de formar lideranças comunitárias para atuarem como mediadoras e promotoras dos direitos humanos e da mulher e na prevenção à violência de gênero.

O bairro Restinga foi pioneiro na implantação do projeto, que tem desdobramento no Serviço de Informação à Mulher (SIM), com atendimento comunitário para ampliação do acesso à justiça e direitos da mulher, desde o ano de 2018. Segundo Maria Salete, a ação das PLPs, como são conhecidas, tem 3 eixos de atuação.

Nosso serviço tem três eixos, que é o acolhimento, que é o que a gente faz às segundas-feiras aqui; que é a questão da representação, que é essa de estar dentro dos movimentos da comunidade representando e levando as questões feministas para esses movimentos; e também temos a representação e a multiplicação, que é onde a gente vai nas escolas, fazer palestra, informar, fazer oficina, participar, organizar seminários, que a gente organiza nessa área da mulher. (Maria Salete, 2019)

O Projeto Mulheres da Paz foi implementado pela Lei 11.707/2008 e integrava o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania do Ministério da Justiça

(Lei 11.530/2007). A ação tinha o objetivo de formar em direitos humanos, gênero e mediação de conflitos lideranças comunitárias multiplicadoras da paz capacitadas para atuarem na prevenção e enfrentamento à violência junto a jovens e seus familiares em territórios com altos índices de criminalidade e drogadição. Na Restinga, o projeto teve início em 2011 e durou até o ano de 2014. Para Almerinda (2019):

A minha experiência com Mulheres da Paz foi assim, ela era inscrita pela secretaria da segurança do município. Eles estavam procurando mulheres que já atuavam na região. E vinham nos postos de saúde para ver quem se destacava mais. Dentro do posto de saúde tinha a inscrição. Aí eu fui me inscrever. A gente ficou um ano sendo capacitada, por psicólogo, por advogado, por todas as áreas... E aquilo ali para mim foi assim, um projeto maravilhoso que não deveria ter acabado, porque a gente trabalhava com os territórios todos da Restinga. A gente tinha base, a gente tinha integração, a gente tinha liberdade, a gente tinha encaminhamentos que nós mesmos mulheres, nós entrava onde a polícia, as pessoas não podiam entrar, mas nós entrávamos. Nós sentava com os jovens que eram infratores, a gente via que a família toda era contaminada por ser aquele jovem, às vezes até mãe de família e pai de família. Então a gente entrava, conhecia toda família, a gente trabalhava com eles, se tivesse que encaminhar para saúde a gente tinha os formulários. Era referência nós encaminhar eles. Então a gente tinha uma diferença, chegava com aquele papel, sabiam que era mulheres da paz que tava atuando. Que atrás de nós a gente tinha uma equipe de advogado, psicólogo, assistente social. Até nós às vezes se comovia de entrar nas famílias pra gente não entrar junto naquele tema, naquele sentimento deles, a gente também tinha que ter uma posição para poder resolver aquilo ali. Então nós também precisava às vezes de um psicólogo pra desabafar, pra dizer o quê que nós sentia.

1. POR E PARA MULHERES: UMA BREVE INTRODUÇÃO AO TRABALHO

A partir da experiência compartilhada no contexto pesquisado, trago algumas reflexões relacionadas à participação de mulheres nos espaços públicos, em geral, e em especial na história de conquistas de uma comunidade específica, o bairro Restinga, em Porto Alegre. Com base na observação empírica da participação de mulheres nos espaços de discussões e de promoções de lutas comunitárias, com os quais tive oportunidade de conhecer/participar enquanto servidora do campus do IFRS localizado no bairro, percebi como importante trazer à visibilidade suas narrativas e trajetórias a partir do protagonismo desta narrativa. O espaço acadêmico está repleto de saberes canônicos, advindos de anos de estudos, mas muitas vezes encerrados em salas de aula ou em pesquisas que não chegam até as populações que mais demandam. Sua linguagem chega de maneira deturpada pela mídia ou por agentes sociais que desconhecem e manipulam os conceitos, gerando noções baseadas em senso comum. Ainda, a academia se distancia espacial e conceitualmente da vida comunitária, popular, seja pela dificuldade de financiamento a projetos que saiam de dentro de seus prédios, seja pela linguagem utilizada nestas ações, seja por questões relacionadas a situações pouco debatidas internamente em relação a ações e projetos se darem mais de forma autoral e menos coletiva e colaborativa com as comunidades em que atuam, pressupondo um conhecimento *sobre* e não *com*.

Diante do exposto, a proposta de produto educacional resultante da pesquisa no contexto da Restinga tem como intenção trazer ao espaço acadêmico as falas, as trajetórias e narrativas relacionadas às lutas das mulheres do bairro a partir de seus lugares de fala. Visa oportunizar-lhes um espaço de fala institucional ao mesmo tempo em que aproxima instituição e comunidade, em articulação de saberes, promovendo experiências de trocas de conhecimentos em diferentes perspectivas, sejam de raça/etnia, classe social ou gênero. Ao mesmo tempo em que o trabalho pretendeu alcançar espaços de articulação de saberes originários nos campos acadêmicos e populares, com sua execução foi possível abordar uma formação acadêmica relacionada a gênero e feminismo. A (in)visibilidade do trabalho de mulheres é um dos pilares do movimento feminista. Características como cuidado

são tidas como inerentes à condição feminina, em que pese esta condição ser social, colaborando como um dos principais fatores que entravam a luta por igualdade e equidade de gênero ao retirar das esferas públicas, seja profissional, acadêmica ou política, mulheres que possam de alguma forma, além de reivindicar, exercer o pleno poder decisório sobre assuntos relacionados a pautas próprias.

A situação de mulheres moradoras de locais de difícil acesso às políticas públicas e com baixo desenvolvimento econômico e social e pouco investimento de serviços públicos é ainda emblemática de outro ponto de vista, pois embora tenham uma forte atuação nos movimentos comunitários, encontram-se ainda subalternizadas em relação ao conhecimento tecnicista e visibilidade política (partidária ou não) das suas conquistas. São protagonistas nas lutas, mas invisibilizadas nas conquistas institucionalizadas. Sua atuação é, em especial, decorrente ainda das demandas de (falta de) cuidado (do poder público). Tal realidade é enfatizada nos estudos realizados por Franco (2017, p.93), a qual destaca que:

Ainda que se vivam realidades nas quais se destaquem a baixa oferta de vagas nas creches e nas escolas; a procura, na primeira fase da juventude, de uma vaga no mercado de trabalho; o baixo acesso às artes, ao estudo de línguas, a ambientes que ampliem conhecimentos acumulados na história da humanidade, pode-se identificar que as periferias se marcam pela criação de múltiplas inteligências e as mulheres ocupam localização estratégica nesse processo.

Todavia, não raras vezes, a conquista pelo espaço público pelas mulheres além de ser inviabilizada também é violentamente reprimida e exterminada. Exemplo disso, é o caso da cientista social e vereadora carioca Marielle Franco, assassinada em 2018 por milicianos ligados ao poder paralelo, e uma das expoentes na luta para que estas mulheres invisíveis ao Estado e à sociedade se tornem protagonistas. Mulheres como ela, que lutam/ram contra a opressão decorrente da falta de estrutura social e pública que às possibilitem participação nos espaços de disputa de poder, trazem à centralidade o protagonismo dessas mulheres na transformação de uma realidade de carência, violência e vulnerabilidade que as regiões periféricas vivenciam com mais agressividade. Esta situação é empiricamente percebida nos espaços de participação e de construção de alternativas que contam com a posição fundamental de mulheres do bairro Restinga. Aliada à necessidade de oportunizar o

acesso a um espaço institucionalizado de fala considerando o seu protagonismo, percebi, em muitas conversas e reuniões, o envelhecimento desta participação, com pouca renovação das lideranças. Frente a isso, a elaboração do produto educacional no formato de curso de extensão, objeto da reflexão deste artigo, buscou realizar a formação de novas lideranças comunitárias a partir do (re)conhecimento dos saberes adquiridos nas trajetórias de mulheres atuantes na comunidade, bem como traçar uma interlocução entre estas vivências e experiências e os saberes academicamente construídos, democratizando tanto o acesso à instituição na proposição, elaboração e exercício do curso quanto na linguagem a ser trabalhada junto às participantes inscritas.

No contexto comunitário, o recorte de gênero é inerente à própria vida destas mulheres. Forjadas na necessidade do cuidado, tido como inerente à condição feminina, retiradas muitas vezes do mundo do trabalho por questões de classe ou territoriais, para além da questão de gênero, formadas em questões relacionadas à posição da mulher na sociedade e na comunidade, acabaram sendo o fio condutor do trabalho.

A construção da experiência política e de cidadania ultrapassa os muros da escola e se dá em meio às micro e macro-comunidades em que habitamos ou com as quais nos relacionamos. É um processo pelo qual passamos culturalmente e individualmente. É cultural, porque envolve nossa participação de maneira orgânica, mesmo que em muitos casos indesejada, na vida política, a partir das mais variadas decisões do cotidiano que somos obrigadas a tomar. Mas também é processo individual porque necessita do engajamento e, principalmente, da reflexão e conhecimento sobre qual nossa perspectiva de ver e estar no mundo.

Logo, a proposta de destacar o conhecimento de lideranças comunitárias pautou as ações desenvolvidas, enfatizando o compromisso com a formação a partir das experiências de vida constituídas nos espaços públicos de suas comunidades. O recorte de gênero toca necessariamente em uma das mais preocupantes situações de desigualdades que acontecem hoje no mundo. Estas mulheres, líderes comunitárias, traçaram suas trajetórias em comunidade apesar dos espaços públicos serem majoritariamente masculinos e masculinizados. Reconhecer suas vozes é

torná-las potentes em suas trajetórias e promover espaços coletivos em que suas falas, experiências e saberes tenham a mesma relevância que os saberes acadêmicos ou masculinos, em que pese sejam construções sociais. Nossa sociedade apresenta um espaço público generificado e oportunizar a emergência do conhecimento produzido por mulheres é de vital importância para a construção de equidade de gênero nas mais diversas áreas da dimensão humana. Torna-se igualmente importante trazer vozes femininas que tenham algo a dizer e a nos tocar, que sejam valorizadas e promovidas enquanto sujeitos políticos, em que pese as experiências antidemocráticas que vivenciamos quando somos chamadas à visibilidade.

Em relação à institucionalidade na qual o curso foi aplicado, Instituto Federal, torna-se relevante a intersecção do saber construído a partir dos espaços não formais e informais de educação com uma instituição hierarquizada academicamente, além de predominantemente masculina no que tange à participação de meninas e mulheres em cursos técnicos tanto como estudantes como docentes. Valorizar um conhecimento forjado na experiência de vida, reverenciando-o a partir do reconhecimento desta trajetória é oportunizar com que sua potência seja alcançada por outras pessoas e possam tornar-se também objeto de sistematização e difusão.

O objetivo principal deste estudo foi oportunizar um espaço de formação de mulheres em estudos de gênero, feminismos e participação comunitária, valorizando trajetórias narradas a partir de suas próprias vozes e reconhecendo saberes e experiências. As ações desenvolvidas buscaram promover o empoderamento de mulheres do bairro e a consequente ocupação de espaços públicos e coletivos, e, com isso, contribuindo para mais mulheres atuarem como protagonistas nas suas trajetórias de vida individuais e coletivas.

2. ITINERÁRIO COLETIVO

Os primeiros contatos com mulheres que compõem movimentos sociais e políticos do bairro Restinga sobre a proposta do Curso de Extensão “A emergência das mulheres na ação comunitária: narrativas, feminismos e direitos humanos” ocorreram no segundo semestre de 2018, enquanto eu finalizava a proposta do projeto para qualificação. Foram relacionadas algumas lideranças comunitárias femininas com base na sua atuação, e selecionadas cinco, seguindo alguns critérios estabelecidos no projeto, a fim de limitar o escopo do trabalho de pesquisa inicialmente. Os critérios eram de haver ligação com o Campus Restinga pela comissão de implantação do Campus ou terem feito parte do Conselho de Campus; atuarem como lideranças ou representantes em organizações, conselhos ou movimentos no bairro; e de trabalharem com ações relacionadas às mulheres de maneira direta ou transversal; além da disponibilidade em aceitar a participação na proposta de pesquisa, que consistia, além da entrevista, a participação como colaboradoras e ministrantes no curso.

No começo do ano letivo de 2019 retomei o contato, e realizamos as entrevistas ao longo do mês de abril, nos dias 11 (Maria Guaneci), 13 (Almerinda), 16 (Djanira), 19 (Cláudia) e 22 (Maria Salete). A apresentação de cada uma delas faço no próximo capítulo. A entrevista consistia em perguntas relacionadas a sua trajetória dentro dos movimentos sociais comunitários, perspectivas de mulher e sociedade, mulher e política, bem como sua história relacionada ao bairro Restinga.

Realizadas as entrevistas, foi possível perceber algumas convergências, tanto de trajetórias quanto de interesses e conhecimentos que poderiam ser ministrados no curso, que tinha como objetivo promover a formação de mulheres articulando suas trajetórias com conceitos e estudos sistematizados na academia relacionados à história e condição da mulher na sociedade e, em especial, em posições de representação comunitária.

Com base nestas convergências das entrevistas, estabeleci uma proposta do curso nos seguintes eixos temáticos: Identidade, gênero e feminismo; Empoderamento e lugar de fala; Direitos Humanos e legislação; e Coletividade,

liderança e participação. Foi acrescentado ainda um eixo de Avaliação e validação da proposta de modo qualitativo. A partir desta proposta inicialmente formulada por mim, propus a realização de algumas técnicas e dinâmicas para trabalharmos os temas, sendo realizados dois encontros coletivos, nos dias 11/05/2019 e 04/06/2019, em que foram discutidas as metodologias de abordagem aos conteúdos que seriam articulados com as trajetórias de vida tanto das lideranças quanto das participantes do curso, chegando à proposta do curso. Após sua execução e a partir das avaliações cheguei à proposta final do produto educacional (Apêndice A). O público-alvo eram mulheres jovens, adolescentes e adultas, estudantes ou não do campus Restinga, e estabelecemos 25 vagas.

Figura 1

CURSO DE EXTENSÃO
a emergência DAS MULHERES
na ação comunitária: narrativas, feminismo
e direitos humanos

inscrições
de 18 a 24/6
<https://bit.ly/2lig51e>

29/6
a 13/7

SEXTAS
18h - 21h30
SÁBADOS
8h30 - 12h

POR e
PARA
MULHERES

<https://ifrs.edu.br/restinga/extensao/cursos>

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul
Campus Restinga

Fonte: www.ifrs.edu.br/restinga.

Após o período de inscrição, com ampla divulgação no site e nas redes sociais do Campus Restinga e grupos de redes sociais nos quais participamos, chegamos a 26 inscritas. Todavia, no primeiro encontro de aula compareceram 8

mulheres. Finalizamos no dia 13/07/2019, com 7 participantes, além das lideranças comunitárias. Com relação a adesão, refletimos sobre os horários propostos para os encontros terem sido sextas-feiras, às 18h30min, e sábados, às 8h30min, o que entendo que talvez tenha dificultado o acesso de pessoas que trabalham e estudam durante a semana. Da mesma forma o curso teve início em final de semestre letivo do Campus Restinga, bem como no auge do frio rigoroso do inverno gaúcho. Outra questão que nos remete a pensar é sobre a sobrecarga de atividades as quais as mulheres são submetidas, que as retiram de espaços de formação e outros espaços institucionais. Cabe ressaltar que apesar disso, houve uma intensa participação das mulheres presentes nas ações e debates realizados, o que é evidenciado nas avaliações que fizeram ao término do curso. No próximo capítulo apresento as lideranças comunitárias que aderiram à proposta.

3. EXPRESSO FEMINISTA

Neste capítulo, escrevo sobre quem somos, como nos constituímos enquanto coletivo e como trabalhamos em conjunto a construção deste curso.

3.1 “Eu aprendi a lutar”

Figura 2



Fonte: Acervo próprio da autora.

Maria Salete é costureira, tem 65 anos, moradora da Restinga Velha, no Beco do Alemão, um dos principais pontos do tráfico do bairro e próxima a uma das principais áreas conflagradas da Restinga, perto da Escola Municipal Pessoa de Brum. Não tem ensino médio completo e, segundo seu próprio relato, sua trajetória de conhecimentos é pautada pelas experiências de vida, na sua maternagem e com os diversos cursos e ações dos quais participou.

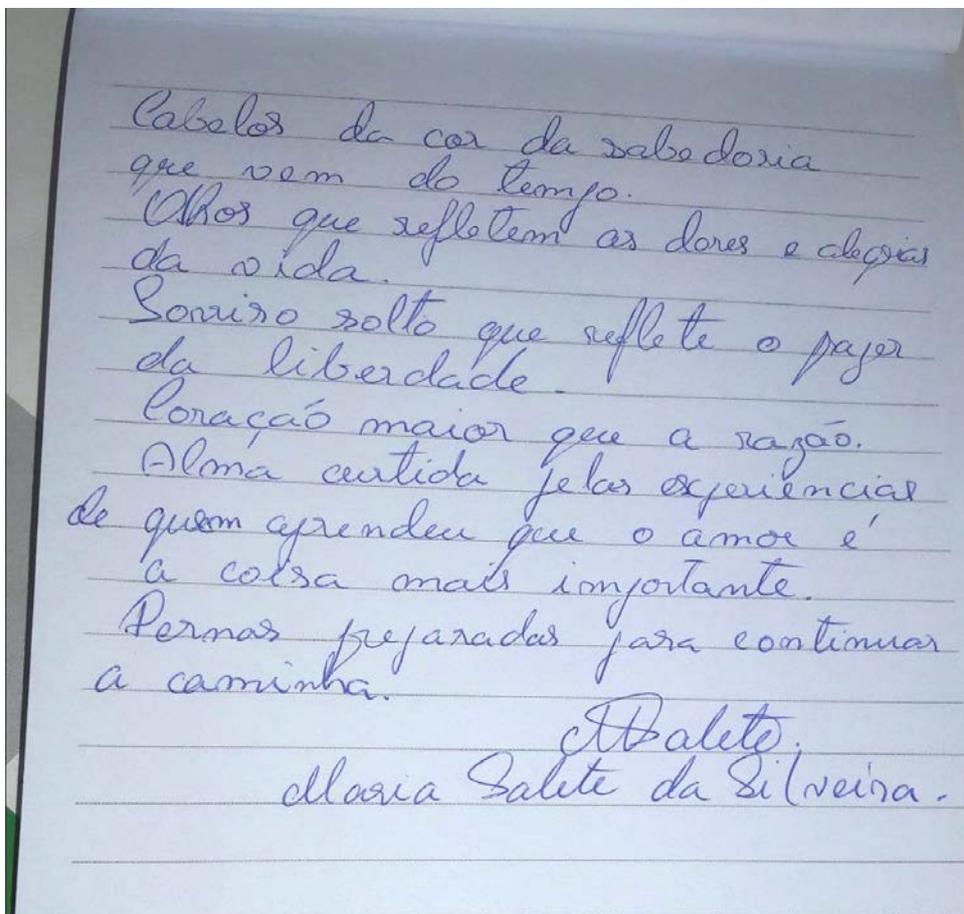
Eu cheguei a 8 filhos sem me dar para conta... porque hoje quando eu trabalho com mulheres eu vejo que tu critica uma mulher mas tu não sabe o que psicologicamente aquela mulher passa pra atingir, para chegar a esse ponto. (Maria Salete, 2019)

Salete foi secretária da Comissão de

Implantação da Escola Técnica de Porto Alegre (hoje IFRS - Campus Restinga) na Restinga.

Organizada, comprometida, com uma sabedoria conquistada entre vivências e cursos, ela encerrou sua participação como ministrante no curso de Extensão proposto por nós com o seguinte poema:

Figura 3



Fonte: Acervo próprio da autora.

3.2 “Na minha vida toda eu ajudei outras mulheres”

Figura 4



Maria Guaneci é assertiva e responsável. Aos 61 anos, ela coordena o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas da Restinga - CAPS AD III – Girassol (Centro de Atenção

Fonte: Acervo próprio da autora.

Psicossocial Álcool e Drogas), que iniciou em 2019 no bairro. Formada em Serviço Social, mãe de dois filhos, mora próximo à Maria Salete e à Escola Lidovino Fanton, na Restinga Velha. Foi a presidente da Comissão de Implantação da Escola Técnica na Restinga. Participou da equipe técnica da Organização não-governamental Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Participou de vários cursos. Ministrou outros tantos. Sua principal atuação hoje é na área da Assistência Social e na política de direitos das mulheres, mas atuou em outras frentes no passado.

Ser uma liderança comunitária hoje eu percebo que é uma grande responsabilidade. Porque ao longo desses anos tu foi buscando formação, conhecimento e as pessoas buscam em você na hora que elas precisam numa determinada dificuldade é um apoio. (Maria Guaneci, 2019)

3.3 “Eu aprendi com meu pai ser voluntária o resto da vida”

Figura 5



Almerinda tem 57 anos, é presidente da Associação de Moradores da Chácara do Banco, uma das localidades do bairro Restinga, e coordenadora do Fórum Regional de Segurança da Restinga. Ela foi representante da associação no Conselho do Campus Restinga e parceira no programa Mulheres Mil.

Eu me vejo uma mulher pequenininha mas grande, que eu consigo, que eu consigo muita coisa. Então cada coisa que eu consigo realizar não só pra mim, pras minhas colegas, pra minha comunidade, aquilo ali me engrandece cada vez mais. (Almerinda, 2019)

Fonte: Acervo próprio da autora.

3.4 “Enquanto eu estiver lutando é sinal que eu tô viva”

Figura 6



Fonte: Acervo próprio da autora.

A Djanira, 66 anos, conta que trabalha desde os 9 anos de idade, quando ganhou seu primeiro salário na casa de uma família que tinha como responsabilidade a educação dela em um acordo com sua mãe.

Mas ela só conseguiu concluir o ensino fundamental por volta dos 50

anos, já moradora da Restinga. Mais conhecida como Dja, ela foi coordenadora e vice-coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, participou da comissão que trabalhou para levar um hospital para a Restinga e integrou a comissão de implantação da Escola Técnica na Restinga. Ela afirma: *“Eu acho que depois que tu começa a participar, aquilo te dá uma força assim. É... não sei, quando a gente se une assim a gente parece que tem mais ânimos, por isso que eu comecei a participar.”*

3.5 “Eu não sou uma super mulher, nem quero ser”

Figura 7



Cláudia tem 48 anos e adora falar. Ela é mãe do Pablo e do Ramon. Ela conta que quando me conheceu eu a chamei de “sargentona”. O Ramon era meu bolsista no setor de Extensão do campus e ela foi lá saber porque ele estava com notas baixas se ele não saía do campus. Depois ela foi aluna do curso de auxiliar administrativo do Programa Mulheres Mil ali do campus e depois aluna do Proeja em Recursos Humanos, título que ostenta com orgulho desde o final de 2017.

Daí ela perguntou qual é a tua formação. Fiquei olhando pra ela assim e pensando... E a mulher acho que ficou estranhando né... E eu fiquei assim... ah, eu sou formada em RH... aí disse toda orgulhosa: Técnica em Recursos Humanos no ensino médio. (Cláudia, 2019)

Fonte: Acervo próprio da autora.

Ao finalizar a breve descrição das líderes comunitárias participantes do estudo, enfatizo a relevância de escutarmos suas vozes, e, em especial, busquei fazê-lo nesta breve apresentação das participantes deste estudo. Torná-las visíveis é reconhecer quem são e valorizar suas falas e trajetórias enfocando a atuação que tiveram junto à comunidade, o que muitas vezes é desconhecido pelas novas gerações de meninas e jovens que frequentam o Campus. Tal abordagem vai ao encontro ao proposto por Djamila Ribeiro (2017) ao focar o que é lugar de fala na abordagem das relações entre gênero e raça, cujas análises aprofundarei na sequência do relato das ações desenvolvidas.

Obviamente que na extensão deste texto, apresentei apenas alguns excertos que buscam resgatar um pouco da trajetória de tais mulheres. O foco foi demonstrar, de forma sucinta, como suas identidades foram sendo (re)produzidas e o desafio

cotidiano para romper com os *scripts*¹⁹ que lhes foram impostos pelo fato de serem mulheres.

¹⁹ Scripts de gênero: Termo cunhado pela pesquisadora Dr^a Jane Felipe (UFRGS) e desenvolvidas ao longo de seus estudos, como por exemplo, no artigo FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. **Rompendo com os scripts de gênero e de sexualidade na infância**. In: SARAIVA, Karla; GUIZZO, Bianca (Org.). **Educação, transgressões e narcisismos**. Canoas/RS: Ed. da Ulbra, 2017.p. 219 – 228.

4. AS LENTES DE VER O MUNDO: GÊNERO E FEMINISMOS

Trabalhar com temáticas como gênero, feminismo, patriarcado, divisão sexual do trabalho é unir vida à prática e reflexão teórica e política. A teoria acadêmica precisa chegar aos sujeitos para que estes possam de alguma forma iniciar um novo trajeto. Da mesma forma a teoria acadêmica não é um ato neutro e objetivo. Ela é movida por implicações nos cotidianos, nas políticas, nas atuações e promovem resultado de um ou outro lado.

O feminismo é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes (Fraisse, 1995; Jones, 1994; Louro, 1999; Scott, 1986). As feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina negligenciada e desvalorizada. (NARVAZ, 2006, p.648)

Diante desta posição assumo como prerrogativa a necessidade da escuta de trajetórias de mulheres, em geral, silenciosas e silenciadas, entendendo que as experiências de vida de cada uma é laboratório para reflexões sobre os conceitos politicamente engajados dos estudos de gênero. Cabe ressaltar aqui que reconhecemos a diferenciação entre estudos feministas (Narvaz, 2006; Okin, 2008) e estudos de gênero (Felipe, 2017; Scott, 1995; Louro, 1997) que busca a desconstrução do gênero de modo binário e dicotômico e propõe o seu estudo a partir das relações e dos seus aspectos multi-identitários, trazendo tanto preceitos de reconhecimento de diversos tipos sexualidade e suas representações quanto ao conceito de equidade.

Neste capítulo, trabalharei as questões teóricas relacionadas às Oficinas 1 e 2 realizando a interlocução com a sua prática e promovendo a reflexão sobre os momentos vivenciados.

4.1 Narrativas e feminismos - Oficina 1

O curso de extensão começou no dia 29 de junho de 2019, sábado, com a Oficina 1 - Narrativas de Identidade, Gênero e Feminismos. Fizemos um planejamento de trabalho baseado em dinâmicas, abordando assuntos como

identidade, gênero, *scripts* de gênero, divisão sexual do trabalho, a mulher no espaço público e privado e feminismos. Iniciamos nossa caminhada com a apresentação da proposta do curso, de todas as mulheres presentes, o cronograma dos encontros e realizamos o momento dos acordos coletivos para o andamento das ações a serem desenvolvidas no coletivo.

Figura 8



Fonte: Acervo próprio da autora.

Aplicamos a Técnica do Espelho, em que a participante se coloca diante do espelho numa conversa consigo mesma e neste processo dialógico de autodescoberta reflete sobre quem é, o que faz e onde está. Nessa experiência, este momento gerou além da própria apresentação ao grupo, um momento de conexão e empatia entre as participantes. Foi um momento de construção de uma identidade coletiva do grupo, a partir das trajetórias narradas nestes breves minutos de autoapresentação. Enquanto as narrativas de si fluíam, eu anotava num cartaz as palavras e frases que emergiam daquele momento de escutas de si mesmas e das outras. Com esta dinâmica, percebemos na história narrada da outra um pouco de cada uma de nós e como, em dado momento, estas narrativas foram (in)validadas

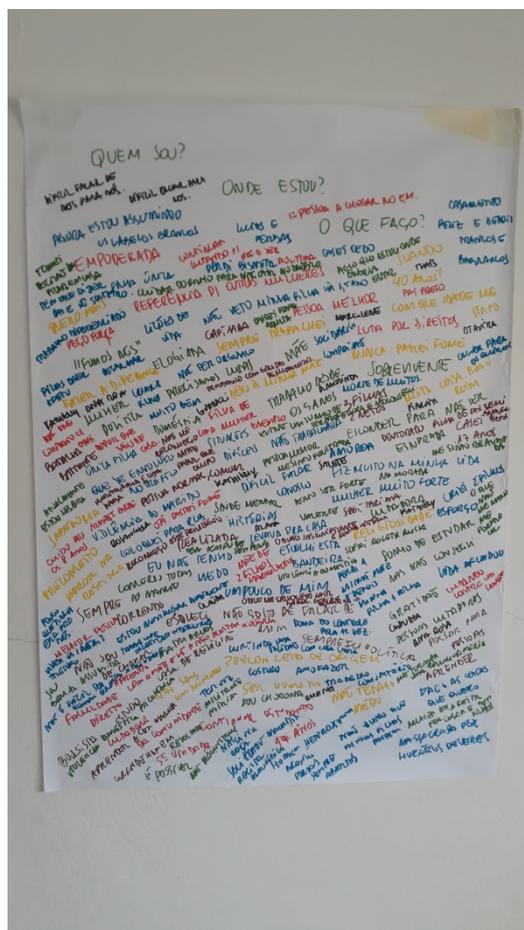
pelos discursos que agenciam as identidades a partir de relações de poder de sujeitos tidos como o padrão universal, hegemônico e dominante. Percebemos após a dinâmica, a dificuldade de nos reconhecermos e dedicarmos tempo a nossa própria escuta e a da outra, em que podemos narrar e tecer reflexões do quanto de nós é imposto perante os discursos que nos invadem pela sociedade através da escola, da mídia, da família e dos espaços institucionais.

Figura 9



Fonte: Acervo próprio da autora.

Figura 10



Fonte: Acervo próprio da autora.

A representação é um conjunto de significações que interpela o sujeito, assim como o discurso se dá não sem que relações entre o que pode e o que não pode ser dito se travem no interior da sociedade. Ao mesmo tempo os sujeitos necessitam que suas identidades sejam reconhecidas e para tal é necessário que se as

diferencie. Desta forma, a identidade é sempre relativa ao que não a contém e como tal fica sujeita à linguagem e ao simbólico que a torna positiva ou negativa, de acordo com as representações vigentes. Neste enfoque, Silva (2013, p.56) destaca que:

Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades.

Atuando neste sentido, podemos perceber uma série de artefatos que reforçam identidades, que esgotam o diferente e que as transformam em algo fixo. Se sou mulher, sou frágil; se sou homem, não choro. Estas representações, quando relacionadas ao gênero, produzem *scripts* (Felipe, 2019) aos quais somos sujeitados/as ao longo da nossa trajetória até que algo, em geral vindo dos movimentos e estudos feministas, nos toque e nos diga que isso é cultural.

Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais. As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. Ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros. (LOURO, 1997, p.24)

No decorrer da Oficina 1, trabalhamos a partir dos relatos das experiências de vida, os *scripts* de gênero a que somos submetidos antes mesmo de nascermos. Segundo a pesquisadora Felipe (2019, p.241):

Poderíamos então entender os scripts de gênero como roteiros, definições, normas, apontamentos, às vezes negociáveis, em outras circunstâncias nem tanto, que prescreveriam as condutas dos sujeitos. Quando os scripts são ignorados, rompidos ou modificados, seus autores, neste caso, a sociedade que se pretende hegemônica e que insiste em traçar determinados padrões de comportamento, trabalha no sentido de impor sanções e promover discriminações a todos os sujeitos ou grupos que ousam romper, modificar ou mesmo (re) escrever seus próprios scripts. Tais expectativas das mais diversas ordens vão sendo tecidas e muito bem tramadas ao longo das nossas vidas por diversos discursos (religioso, médico, psicológico, jurídico, midiático) e instituições (família, escola, igreja, etc.), dizendo-nos como devemos ser e nos comportar pelo fato de termos nascido com determinada genitália.

A partir desta perspectiva teórica, construímos conjuntamente um quadro com tarefas, funções e representações ocupadas histórica e culturalmente por mulheres e homens. Depois invertemos a ordem. Algumas reflexões surgiram sobre como determinadas situações estão mudando em alguns contextos, mas de maneira muito incipiente ainda. E que a inversão apenas dos papéis não tornaria o mundo igual, mas que apenas a compreensão de que a desconstrução destas “essências” e roteiros podem engendrar mudanças estruturais.

Figura 11

HOMEM	MULHER
cotidiano	pauet
bomba	sua vida melhor
cavaleiro	proteção
pauet	cheias
tropa fealdas	falas
maquiagem	forte
cuidar das coisas	consertos
doméstico	põe para dentro
cuidar os filhos	carnal
impulso	mulher orgânica
escolar	responsável de direito dos homens e mulheres
barras	bola
educar	ama sem chance
falar com meninas	criando
festa	memória
pólvora	sua vida de namorada
vestem rosa	não chorava
pólvora	falar com homens
sua vida de namorada	sua vida
uma mulher não chorava	criando
limpar	não vai rolar
nã pode sair de casa	pólvora
gestão da casa	gestão fora e financeira
sua vida de namorada	opinião
fidelidade	lugar para o corpo
puta	deus
fornicação	iniciativa nos relacionamentos
orgasmos múltiplos	trabalho
mulheres com idas	carioca
cuidado com o corpo	orgasmo
gestão	mulheres come
gratidão no trabalho	camiseta
trabalho de gabinete	
frãni	
mulheres não	
a mulher não tem nome	

Fonte: Acervo próprio da autora.

Como exemplo do acima exposto, uma das líderes participantes, a Maria Salete, quando entrevistada e durante a oficina, trouxe aspectos de como se

naturalizam estas condições de vida da mulher, como seguimos *scripts* até que percebemos como somos sujeitadas à repetição de um discurso que pretende dizer sobre nós, mas não por nós. Em seu relato, percebe que foi no decorrer de sua participação no Curso de Promotoras Legais Populares que ela conseguiu perceber-se e buscar ser a escritora de sua própria história.

Aí eu comecei a me identificar, a história da minha mãe, a história das minhas tias, a história da minha vó... aquele sofrimento, aquela, toda aquela questão do machismo, a minha história... ela era gritante dentro daquele curso, sabe.. Eu me enxergava em todas aquelas coisas e ali eu vi que eu podia mudar minha história... E foi dentro do curso das promotoras legais que eu encontrei esse objetivo, de mudar minha história, através da mudança da minha história mudar a história dos meus filhos. (Maria Salete, 2019)

Outro exemplo é o caso da jovem Kathielly, 24 anos, que foi uma das participantes do curso. Ela mora na Ocupação Vida Nova, ao lado do campus, e é vice-presidente da associação da ocupação. Ela contou que teve dificuldades para fazer com que o filho pudesse participar das aulas de balé na escola de educação infantil. Traz relatos de como o marido é elogiado por levar o filho nas aulas que frequenta e a crítica que ela recebe sobre “fazer a criança passar por isso”.

Neste contexto, funções relacionadas ao cuidado, higiene e alimentação constituem parte de um roteiro descrito e naturalizado da mulher, ao passo em que exercidas de maneira gratuita no espaço doméstico ou mal remuneradas em outros espaços, retiram as mulheres do espaço público.

Muitas experiências foram trazidas ao curso que dão conta de uma outra postura das mulheres presentes, que estudam, trabalham e dividem seus afazeres com companheiros, estes nem tão dispostos assim a dividi-los. Muito embora estas falas apareçam, fora de contextos mais progressistas e com acesso a alguma informação, em geral, provocados por feministas, a prática se mantém. Até mesmo as instituições aparecem generificadas, mantendo uma função de padronizar e manter comportamentos normatizados, conforme podemos observar no exemplo trazido por Kathielly e debatido sobre outras situações do nosso cotidiano.

Em termos históricos, foi a partir da segunda onda do feminismo, em meados do século XX, com a institucionalização dos estudos feministas, que os lugares em que as mulheres eram colocadas e suas constituições históricas vieram à

centralidade do debate acadêmico e da sociedade. “O pessoal é político” tornou-se emblema de luta de parte das tendências dos estudos feministas.

O que, então, outras feministas, assim como as mais radicais, querem dizer com “o pessoal é político”? Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro. (OKIN, 2008, p.314)

A nova perspectiva teórica, a partir de discussões sobre o domínio do doméstico, da divisão sexual do trabalho e da naturalização dos cuidados da casa e dos filhos como sendo “coisa de mulher”, traz para a esfera pública a dimensão política do “lar” e a necessidade de desconstrução destes preceitos opressores da mulher na sociedade, os quais estudos feministas evidenciam como construtos de um discurso a partir de uma perspectiva de poder e de lugar de fala hegemônica.

A presença feminina na história mundial passa a ser evidenciada com a disseminação dos estudos feministas, que trazem à visibilidade a partir de pesquisas mais ou menos recentes o papel da luta de diversas mulheres frente a fatos e histórias de relevante importância. Desta forma, muitas personagens acabam sendo resgatadas e nominadas, alternando efetivamente o curso das mais variadas ciências ao introduzi-las como sujeitos históricos. Antes invisíveis, elas começam a aparecer. Mundialmente, a presença das mulheres no mundo da ciência, nas universidades e o resgate por uma outra história introduziu novas perspectivas políticas. Gradativamente, a análise histórica do movimento feminista demonstra o rompimento com alguns paradigmas epistemológicos e conceituais iniciais e a ampliação das pautas atuais mediante a inclusão de temáticas relacionadas a interseccionalidade entre gênero, classe, raça, geração, entre outras.

Passou-se à compreensão de que a esfera política e pública são generificadas, ou seja, representadas e significadas a partir das características consideradas masculinas e passa-se a entender o quanto é importante a emergência das mulheres ao campo da vida pública, no sentido dos debates serem travados a partir de uma perspectiva feminista e inserindo novos conjuntos de práticas e valores de referência. Para Scott (1995, p.75):

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens.

Com o escopo destes estudos, utilizamos, na Oficina 1, a técnica do relógio como promotora da reflexão sobre como as mulheres ganharam o mundo em parte, mas quanto elas deixam de estar lá pelo excesso de atribuições que ainda fazem parte do seu cotidiano. Questões relacionadas à privatização do cuidado, à naturalização do que é função feminina - a violência com que se trata daquelas que “fogem” a esta regra - e a falta de condições estruturais que garantam que as mulheres ocupem o espaço público foram trazidas ao debate.

Esta construção social impacta na conjunção de um espaço público ausente de mulheres, enquanto naturaliza e privatiza o trabalho doméstico e do cuidado como “essencialmente” femininos. O trabalho doméstico não remunerado e seu impacto na produção capitalista vem à tona.

[...] as pesquisadoras feministas têm argumentado que a divisão doméstica do trabalho, e especialmente a prevalência da mulher à frente da criação dos filhos, são socialmente construídas, e portanto questões de relevância política. Além de serem fatores centrais na estrutura de gênero da sociedade de maneira mais ampla, sua manutenção não pode ser explicada sem a referência a elementos da esfera não-doméstica, como a segregação e a discriminação sexuais correntes na força de trabalho, a escassez de mulheres nas altas rodas da política e a pressuposição estrutural de que trabalhadores e ocupantes de cargos políticos não são responsáveis por cuidar das crianças. (OKIN, 2008, p.315)

Na sequência das ações desenvolvidas do curso, debatemos com o grupo sobre o conteúdo de um vídeo²⁰ sobre como as mulheres são tratadas na política. Buscamos problematizar a ocupação deste espaço demonstrando quais agenciamentos o discurso de representação dominante, branca, masculina e heteronormativa utiliza quando mulheres vêm ao espaço público construir uma nova agenda pautada em suas próprias trajetórias. Conseguimos trabalhar o quanto as mulheres eram invisíveis na (sua própria) história e o quanto estes ambientes -

²⁰ Participação das mulheres na política - Explica aí - Canal Justificando, acessado em 22/07/2019.

político e midiático - impregnados de masculinidades agressivas tentam recolocar a mulher na esfera do privado.

Estes aspectos todos estão imbricados nas lutas comunitárias por conquistas de equipamentos e serviços públicos precarizados pela falta de atenção a estas pessoas só visibilizadas na mídia e na sociedade a partir dos atos de vulnerabilidade e violência narrados sobre si.

A história dos movimentos feministas bem como correntes e teorias foram abordadas no início do segundo encontro. Embora a proposta original tivesse sido finalizar o primeiro encontro com o tema, em virtude de atrasos no início do primeiro encontro, não foi possível finalizar esta proposta conforme o planejado, tendo ficado para o segundo encontro a construção da linha do tempo do feminismo no Brasil e no mundo.

4.2 Trajetórias de empoderamento e lugar de fala: Oficina 2

Com o título Trajetórias de Empoderamento e Lugar de Fala, esta oficina proposta para o segundo encontro começou com a constituição histórica dos movimentos feministas e dos estudos sobre as mulheres. A partir de vídeo²¹ constituímos uma linha do tempo com a história dos movimentos de mulheres no Brasil a partir de 1827, relacionando-os com acontecimentos do mundo nesta temática e com os estudos, vertentes e ondas feministas. Sobre os diversos sujeitos do feminismo, Narvaz (2006, p.650) destaca:

Coexistem, assim, correntes feministas que problematizam as políticas identitárias e, com isso, a categoria “mulheres” (Butler, 2003), com teorias que entendem ser possível e necessária a manutenção da unidade da categoria, uma vez concebida tal unidade como resultado de uma fixação parcial de identidades mediante a criação de pontos comuns, ou seja, das lutas políticas que devem ser travadas pelas “mulheres”, os “sujeitos do feminismo” (Costa, 2002; Mariano, 2005; Negrão, 2002).

²¹ Lutas e Conquistas das Mulheres Brasileiras, do Canal Comunicação do MST Paraná, acessado em 22/01/2019.

trago a partir das narrativas de si as trajetórias de mulheres que constituíram-se como referência dentro de grupos comunitários, busco dar visibilidade e construir uma história baseada em perspectivas diversas de ser e estar no mundo, mas convergentes em vários sentidos pelas intersecções constituídas social, cultural, política e historicamente. Estas mulheres, muitas vezes, reproduzem os *scripts* de gênero, porque estes estão introjetados nos mais diversos aparatos culturais, mas de alguma forma têm como característica comum a busca pelo constante aperfeiçoamento do seu conhecimento, seja territorial, comunitária ou conceitualmente. Este conhecimento não é valorizado ou reconhecido, mas sofre tentativas de silenciamento e subalternização por estruturas hegemônicas de poder.

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções. (RIBEIRO, 2017, n.p)

As participantes do curso trouxeram relatos sobre como percebiam a intersecção de diversos tipos de opressão no seu cotidiano, seja em relação à raça, classe social e até mesmo de origem territorial, pois são moradoras do bairro Restinga, abordando fatos da vida real e como lidam/ram com estas questões de maneira individual e coletiva. Outro importante tema que apareceu foi sobre como os movimentos sociais são importantes para que as trajetórias de mulheres mais jovens possam ser, em parte, diferenciadas em relação à vida das mulheres mais velhas.

Enquanto coordenadora de Conselho Municipal eu tô discursando lá na frente, discutindo com secretário, mostrando para ele onde é que tá errado o atendimento, e tu escutar atrás de ti uma médica dizer, mas essa empregada doméstica discutindo com o secretário? Assim sabe, as pessoas quando tu não tem um DR na frente, as pessoas te menosprezam por aquilo. Isso, as pessoas desconhecem que tu não tem uma faculdade, tu não tem diploma mas tu tem conhecimento da vida. (Djanira, 2019)

Esta fala da Djanira na entrevista preparatória ao curso é recorrente entre a maioria dos relatos de lideranças comunitárias. O quanto suas falas são contestadas e invisibilizadas em detrimento de um conhecimento técnico e acadêmico. São relações de poder exercidas no sentido de enfraquecer um conhecimento diferente

ou não institucionalizado. Ela comentou sobre a invisibilidade com que a comunidade foi tratada na luta em prol do hospital da Restinga num ato de comemoração dos 5 anos do hospital, realizado no mesmo dia desta oficina. A Cláudia, liderança, também trouxe a experiência dela no sentido de ter questionada a legitimidade da sua fala em virtude de um conhecimento que não seria autorizado nem legitimado por falta de um diploma.

Hoje eu posso discutir com qualquer assessor de governo sobre aquilo que eu participei na área da Educação, da Habitação e da assistência quase que de igual pra igual. E eles não aceitam isso. Porque eu fui aprendendo. Tanto que agora há pouco tempo um rapaz me disse assim, mas se eu te perguntar tal coisa, não vou nem entrar no mérito disso... Tu vai saber me dizer? Sim. Mas tu sabe? Tipo assim um equipamento público né, especificamente. Ah tu sabe o que precisa ali e tal? Sei. Ele ficou me olhando assim.. como assim tu sabe...Porque hoje eu sou conselheira de tal seguimento. E sem querer tu vai aprendendo. (Cláudia, 2019)

A fala de Cláudia vai ao encontro da problemática apresentada por Ribeiro (2017, n.p), a qual enfatiza que:

Não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.

A proposta do trabalho foi promover o reconhecimento institucional destes saberes, destas trajetórias, valorizando-os e trazendo-os à visibilidade e à legitimidade, tornando-os sujeitos de direitos e de existência, a partir de suas próprias falas. A importância do acesso aos espaços institucionalizados implica numa narrativa composta também por outras vozes que falam de outro lugar. Neste sentido, a escuta dos relatos pelos quais estas mulheres e jovens vivenciaram acabou sendo a centralidade desta oficina.

Articulando tal escuta como os estudos realizados por Srilatha Batliwala (1997), destaco que, embora sendo muito utilizado hoje, não raras vezes a abordagem do conceito de empoderamento ocorre de maneira superficial para promover ações que não buscam a transformação social, que seria imanente à própria existência do termo. Cabe destacar que a palavra empoderamento se traduz em ações que vão do espectro individual ao coletivo de reconhecimento da estrutura

social e das opressões que a mulher sofre à realização de ações de mudança desta situação.

Figura 13



Fonte: Acervo próprio da autora.

O processo de empoderamento se dá no nível pessoal, a partir das “provocações” que são levadas a conhecer sobre as relações de poder que subjagam a mulher e a levam a agir no âmbito de sua vida pessoal, mas também coletivamente na estrutura social. Ele objetiva romper com o paradigma da sociedade patriarcal sobre o qual as vidas das mulheres estão constituídas, trabalhando a partir da tomada de consciência sobre as discriminações e representações com as quais são formadas desde o nascimento. Segundo Batliwala (1997, p.193):

As metas do empoderamento das mulheres são desafiar a ideologia patriarcal (dominação masculina e subordinação da mulher), transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero e a desigualdade social (a família, a raça, a classe, a religião, os processos educativos e as instituições, os sistemas e práticas de saúde, as leis e os códigos civis, os processos políticos, os modelos de desenvolvimento e as instituições governamentais) e capacitar as mulheres

pobres para que consigam acesso e controle da informação e dos recursos materiais. Desta maneira, o processo de empoderamento tem que ser aplicado a todas as estruturas e fontes de poder relevantes.²²

Os processos de empoderamento fazem-se necessários enquanto a estrutura social em que vivemos não nos permite uma perspectiva de vida com justiça social e equidade de gênero. Sobretudo, o conceito de empoderamento não visa alternar a posição de poder existente nas relações realizando uma troca de posições, mas estabelecer uma situação de igualdade e produzir novas relações de poder. Em alguns excertos das entrevistas preparatórias, podemos perceber nos relatos a diferença empírica relacionada a esta condição. Almerinda é a primeira presidente da Associação de Moradores da Chácara do Banco, na Restinga, e traz uma reflexão sobre o assunto.

Foram sete presidentes homens, eu sou a única mulher (...) A gente busca, a gente enfrenta, a gente debate, a gente é diferente, é mais, assim, humanitário, mais carinhoso, a gente conquista as falas, a gente conquista as coisas e a gente consegue buscar as coisas do que um homem não consegue fazer. Porque às vezes o homem já tem que aquela coisa assim de machismo, de poder. Nós não, já temos aquele lado feminino, de conversar, de sentar, de dialogar, de não brigar. (Almerinda, 2019)

Embora seja possível perceber em algumas dessas falas a presença dos *scripts* de gênero, em particular, relacionadas a definição do que é ser feminino (conversar, sentar, dialogar) e masculino (machismo, poder) os estudos de gênero demonstram que a própria estrutura social promove e agencia os corpos e suas representações, com o objetivo de manter o sistema de privilégios e opressões, e o processo de reconhecimento destes agenciamentos se constitui num processo contínuo de desconstrução cotidiana. Ainda, o processo de empoderamento não pode ser dado a alguém, ou seja, se configura como um processo, individual, de reconhecimento das condições e sistemas que mantêm situações de opressão e domínio. Embora este processo seja individual, ele demanda que as estruturas de dominação sejam evidenciadas, ou seja, ele pode e deve ser facilitado pelas mais diversas formas, em especial, com o conhecimento e desconstrução dos paradigmas opressores em que vivemos desde que nascemos.

Os processos de empoderamento, embora possam receber estímulos externos diversos da academia, das artes, da política, da psicologia, das

²² Tradução livre da autora.

vivências cotidianas e etc., é uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista. (BERTH, 2018, n.p)

A partir de algumas imagens e frases, baseadas no senso comum, problematizamos estes conceitos de empoderamento junto às participantes. Presenciamos potentes relatos de vida e de experiências diversas.

Figura 14



Fonte: Acervo próprio da autora.

Ao propor o debate a partir das imagens acima, busquei enfatizar que reconhecer-se como ser humano protagonista dentro de cada construção identitária, ao contrário do que o próprio sistema patriarcal e capitalista propõe, faz parte do processo de empoderamento que, em diversos casos relatados, integra um processo coletivo de resistência. Assim, as participantes foram falando de si.

Entre tantos relatos ao longo da oficina 2 tivemos certa dificuldade em seguir a proposta para o encontro. Em alguns momentos, as narrativas acabaram sendo muito mais pertinentes e potentes neste grupo do que trabalhar a partir de dinâmicas. As temáticas que tínhamos a intenção de trabalhar foram trazidas ao longo da roda de conversa que promovemos em virtude da necessidade de fala e de escuta entre as participantes do curso, num processo de reconhecimento deste empoderamento.

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade, estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, principalmente, um entendimento sobre a sua condição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. (BERTH, 2018, n.p)

Aqui cabe refletir que esta mudança não pode ser trabalhada por sujeitos que não se reconhecem detentores deste poder de resistência e de atuação e, portanto, iniciativas como a deste curso acabam por propiciar momentos de despertar. Assim como outros termos dos estudos de gênero, empoderamento é um termo político, social, engajado. Pressupõe uma quebra de paradigmas nos quais se sustenta a sociedade capitalista e patriarcal e que agencia os sujeitos desde o seu nascimento.

Com o fim de desafiar sua subordinação, as mulheres, primeiro, tem que reconhecer a ideologia que legitima a dominação masculina e, segundo, entender como esta perpetua sua opressão. Este reconhecimento entranha o questionamento dos valores e atitudes que a maioria das mulheres internalizaram desde a infância. Tem que ter em conta que as mulheres foram levadas a participar de sua própria opressão através de um tecido complexo de sanções religiosas, tabús sociais e culturais, superstições, hierarquias entre as mulheres no interior da família, condicionamentos, retraimentos, ocultamentos, limitações da mobilidade física, discriminação de alimentos e outros recursos familiares e controle de sua sexualidade (incluídos conceitos como "boa" e "má" mulher)." (BATLIWALA, 1997, p. 196)²³

²³ Tradução livre da autora.

Desta perspectiva coletiva que traça uma trajetória interligada entre o empoderamento individual e coletivo passamos então às oficinas 3 e 4, relacionadas à comunidade, coletividade e participação popular.

5 DO NÃO-LUGAR AO LUGAR ONDE QUERO ESTAR

Dando continuidade ao Curso, realizamos a Oficina 3, cuja temática foi (re)Conhecendo os Direitos Humanos e as Políticas Públicas no Território. O objetivo foi de compartilharmos e aprofundarmos os conhecimentos sobre os direitos fundamentais e a legislação que normatiza estes direitos enquanto políticas públicas. Na sequência, na sexta-feira posterior, desenvolvemos a Oficina 4 - Experiências de Comunidade: Participação e representação feminina/ista no coletivo, que buscou trabalhar, a partir das experiências das lideranças entrevistadas, conhecimentos necessários ao exercício de uma coletividade que pudesse emergir de um outro conceito e prática relacionados ao poder. A propósito do espaço destinado a este artigo, não será possível aprofundar as reflexões e análises sobre a aplicação destas oficinas, se não de maneira bastante introdutória e meramente descritiva, embora seja importante pontuar algumas questões sobre a pertinência e importância destes dois momentos para este curso. Quanto à Oficina 4, será objeto de análise em artigo posterior.

A Oficina 3 buscou trabalhar o conhecimento referente aos direitos que todos os seres humanos possuem e como eles acarretam em políticas públicas. Buscamos problematizar a legislação como garantia, já que de maneira geral, nem sempre o que a lei determina é executado sem que para isso seja necessário a atuação de coletivos, mais ou menos organizados, que dê conta destes tensionamentos. A história da Restinga é um *locus* destes processos porque em sua constituição histórica não houve conquistas sem luta. Todas as lideranças comunitárias entrevistadas foram morar na Restinga em períodos de perdas financeiras graves e em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Neste capítulo, assim como na oficina 3, a proposta é de (re)conhecer o nosso *locus* da pesquisa.

A história do bairro Restinga, em Porto Alegre, é marcada pela segregação e exclusão sociocultural e econômica. Distante cerca de 25 quilômetros do centro da cidade, foi criada no período da ditadura militar a fim de higienização social dos lugares centrais da cidade. Assim, os moradores das favelas centrais foram deslocados sem aviso prévio e a sua revelia para localidades distantes, sendo o

principal deles a Restinga. Chegando lá, o acesso físico e territorial era precário, as condições de saneamento, como água e esgoto, eram inexistentes, e a moradia se constituía a partir dos barracos que vinham junto nos caminhões do exército – quando acontecia - no final da década de 60. Utilizando o slogan “Remover para promover”, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre retirou moradores das chamadas malocas do centro da cidade, de vilas que integravam o espaço do bairro onde hoje se situa o bairro Cidade Baixa, transportando-os com seus barracos a este loteamento situado na região periférica da cidade, conforme podemos ver em Bonetto (2013).

Distantes de seus locais de emprego, sem nenhuma infraestrutura pública, como água, energia elétrica, transporte público, os “maloqueiros”, como eram conhecidos os primeiros moradores, não apenas em função de suas casas, mas também de seus modos considerados inapropriados, ficaram sem trabalho e sem respaldo (BONETTO, 2013, p. 40). Segundo as narrativas de seus moradores mais antigos, o transporte se constituía de um ônibus de manhã para ir ao centro e um de noite que voltava de lá, em que os moradores do bairro brigavam por espaço com galinhas e outros animais.

Já na década de 70, integrando programa de habitações populares da prefeitura, foram construídos no bairro projetos habitacionais, chamados de unidades vicinais (primeira, segunda e terceira), pelo Departamento Municipal de Habitação. Mas, em vez de tais unidades serem ocupadas pelos primeiros habitantes, foram beneficiados com os loteamentos novos moradores, vindos de bairros variados. Estes conjuntos habitacionais ficaram situados na hoje chamada Restinga Nova, e já contavam com infraestrutura de água e iluminação pública. Os primeiros moradores que chegaram ao bairro, por não possuírem renda em função das condições precárias em que foram levados ao bairro, não tiveram condições de integrar o programa e permaneceram em suas malocas, na região chamada Restinga Velha, ainda hoje conhecida pela precariedade das habitações e dos serviços públicos, bem como pela violência e tráfico, que diariamente são temas do cotidiano de seus moradores. O recorte habitacional, tracejado pelo poder público (de um lado, a estrutura planejada, e, de outro, as remoções), tornou-se ao longo

dos anos uma linha divisória entre dois territórios que disputam poderes dentro do bairro: a Restinga Nova e a Restinga Velha. A linha divisória é a Avenida João Antônio da Silveira, que corta o bairro de leste a oeste.

Este seria um conceito de não-lugar. Um espaço invisível, intocado pelo afeto, no qual as pessoas não pretendem estar.

O não lugar, mesmo sendo geograficamente estabelecido, é sem densidade e por isso mesmo, facilmente invisibilizado, podendo, dessa forma, ocultar a vida que ele abriga, bem como todas as suas contradições.” (ROCHA, 2015, p.29)

Mas a dinâmica da Restinga se dá de forma a mudar essa realidade. É um lugar marcado pelo afetos e pela noção de comunidade. Em suas análises, Baumann (2003), ao abordar o conceito de comunidade, nos traz como o capitalismo exerceu um papel preponderante na destituição dos laços comunitários que se davam a partir da afetividade. De uma afetividade do próximo, do cotidiano e do útil da vida nas comunidades antes da era moderna, o capitalismo introduziu a sociedade da vigilância e do controle, das futilidades, preconizando o individualismo, a artificialidade e a vida no entorno da fábrica. Essa nova configuração baseada em relações de trabalho traz o advento da meritocracia e da desobrigação da partilha entre os membros de uma comunidade, pois:

Geoff Dench apontou para o traço da comunidade que leva todos os que podem a fugirem dela: uma parte integrante da ideia de comunidade é a “obrigação fraterna” “de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles. (BAUMAN, 2003, p.56)

Com base em tais premissas, percebo que as relações na comunidade foco deste estudo ocorrem em virtude das exclusões a que essas populações são submetidas. Nestes locais, o desafio é que o sentimento de individualização, como no restante da sociedade, precisa ser rompido pelo de compartilhamento. A luta para que as demandas contra as injustiças tenham um sentido comunitário e não individualista faz com que as soluções tenham que ser construídas coletivamente. As lideranças entrevistadas trouxeram esta perspectiva em seus relatos.

6 PARA COMEÇO DE CONVERSA

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre.” (Simone de Beauvoir)

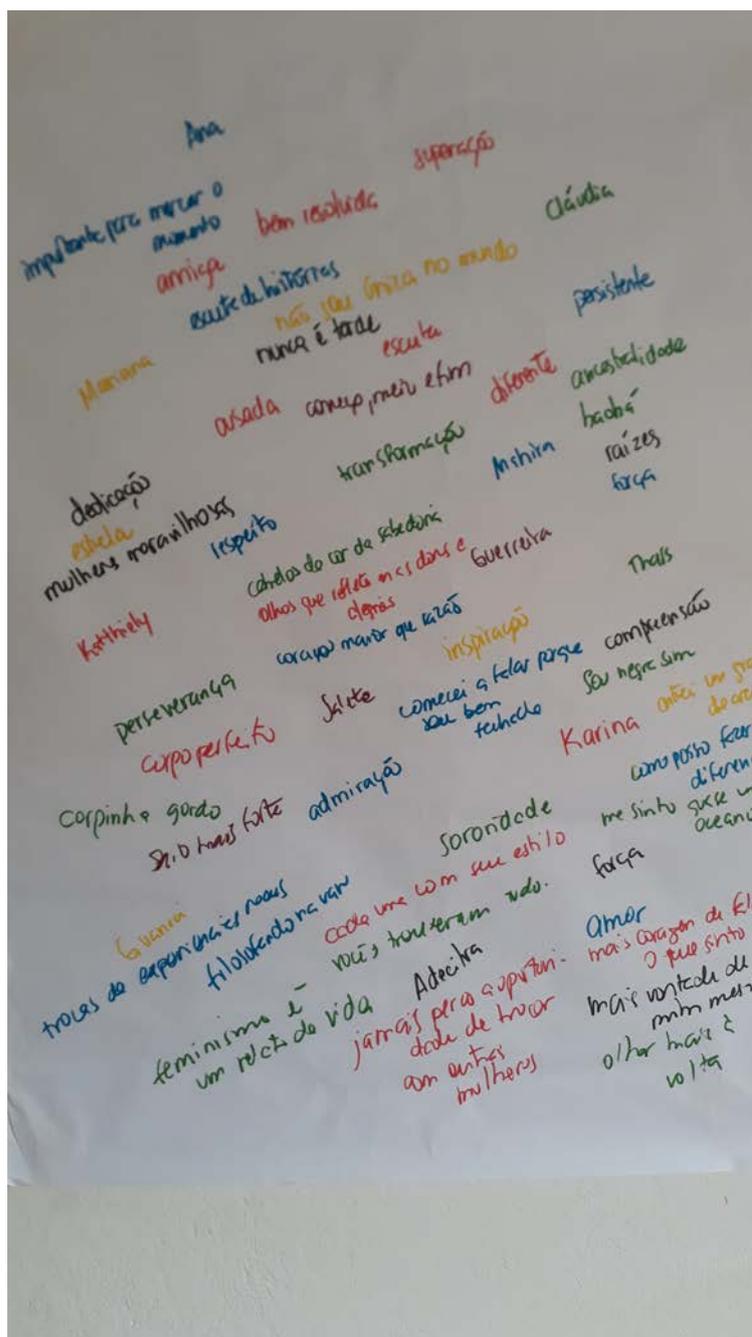
Mais do que a proposta de um curso pronto de extensão busquei propor espaços de escutas e de falas, de formação e de trocas baseados nas experiências de quem normalmente é narrada. Compreender as mulheres, no sentido plural, implica escutá-las a partir de suas histórias diversificadas, com vivências e leituras da vida singulares, mas que convergem em diversos pontos.

Esta pesquisa trouxe ainda em sua potencialidade a visibilidade às trajetórias de vida de lideranças comunitárias femininas do bairro Restinga, sua importância para as comunidades, com base nos seus relatos e compartilhamento de saberes e experiências. Foi oportunizado um espaço formativo para mulheres, algumas já com alguma caminhada comunitária, com base nos saberes e experiências compartilhados pelas líderes comunitárias femininas do bairro Restinga. Conseguimos estabelecer ainda um espaço de empoderamento feminino individual e coletivo e com potencial de ser um propulsor de políticas públicas para as mulheres. Entendo que alcançamos os objetivos propostos, ou seja, de alguma forma compartilhamos inúmeros conhecimentos com esta comunidade e pretendemos dar seguimento ao trabalho de maneira coletiva e colaborativa, ampliando parcerias, institucionalizando-as a partir de convênios e reproduzindo novas edições com as mesmas ou novas protagonistas.

A Oficina 5 - Narrativas da caminhada e novas trajetórias foi o espaço coletivo de avaliação desta proposta para cada uma das participantes. Começamos realizando a atividade que havia ficado pendente da Oficina 2 sobre as mulheres que admiramos e porque as admiramos. De uma maneira geral, percebemos que o que as faz serem admiradas são uma força potente e criadora. São mulheres ligadas a trajetória pessoal de cada uma, mas também ligadas aos processos de empoderamento que cada uma passou. Desta atividade percebemos como outras mulheres invisíveis nos constituem. Aprendemos a refletir sobre a importância de mulheres próximas nas edificações da vida e a respeitar suas trajetórias.

Em seguida passamos à atividade da Ficha de Assinatura, elencando palavras e expressões que representassem o que percebemos em nossas colegas de curso e com isso fomos constituindo uma assinatura do grupo, que trocou, aprendeu e cresceu junto a partir das experiências e trajetórias de cada uma.

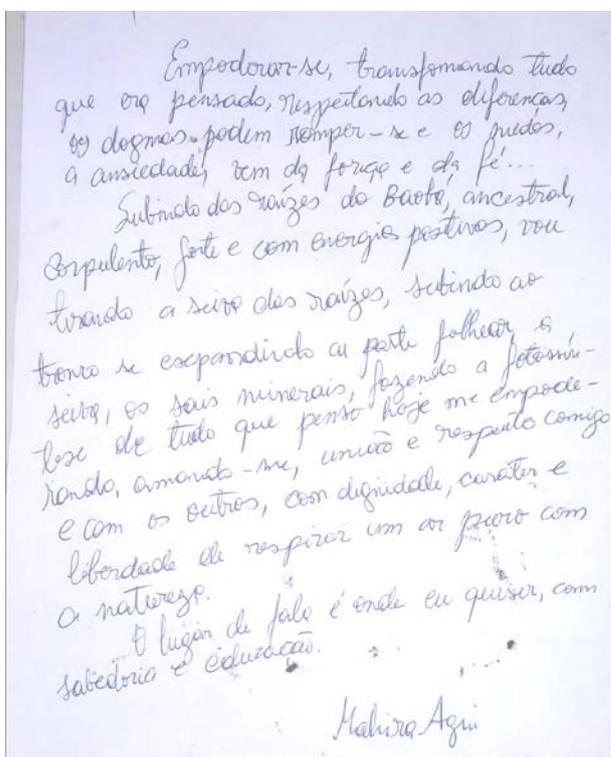
Figura 15



Fonte: Acervo próprio da autora.

Ao final da oficina encerramos com a apresentação do autorretrato falado, desenhado ou escrito, que foi a atividade à distância 2b (segunda atividade à distância proposta para a terceira semana de aula). A partir do autorretrato, realizamos uma avaliação de como chegamos no curso e como saímos. Ao mesmo tempo abordamos o aspecto do impacto individual em nossa trajetória, avaliamos a relevância do curso realizado por e para mulheres bem como metodologia empregadas, com uma roda em que todas tiveram seu espaço de fala e escuta garantido.

Figura 16



Fonte: Acervo da autora.

Figura 17



Fonte: Acervo da autora.

Como considerações, foi unânime a avaliação sobre a importância da promoção de espaços formativos, nos quais sejam potencializadas as trocas, a fala e a escuta, como este, com temáticas propostas e relacionando conceitos ao cotidiano das mulheres. Embora não tenhamos conseguido seguir alguns planejamentos e tivemos que realizar algumas adequações ao longo da trajetória, percebi que a demanda por espaços institucionalizados que promovam a

interlocução entre a academia e o cotidiano das pessoas é de extrema importância em tempos escassos de coletividades e com excessos de faltas. São as micropolíticas do cotidiano, as alianças e afetos que nos farão resistir a mais um período de incertezas e de inseguranças, em especial no tocante às minorias. Os estados autoritários sempre são patriarcais por natureza e sua resistência precisa repensar por quais vias produzirá novas formas e relações. Segundo Batliwala (1997, p.209), “os estados teocráticos, militares ou de outra classe de autoritarismo, baseados em ideologias de dominação e subordinação de gênero, não permitirão que os movimentos de empoderamento radicais das mulheres sobrevivam.”²⁴ Cabe a nós traçarmos as estratégias de resistência.

Apliquei ainda questionários entre as 10 mulheres (7 participantes e 3 lideranças) presentes na última oficina. Foi avaliado que o curso poderia ter sido mais longo e que temáticas relacionadas aos direitos das mulheres bem como questões práticas do dia-a-dia também poderiam ter sido abordados. Ana, 52 anos, disse que esperava “um monte de mulheres velhas falando mal dos homens” e que se surpreendeu em aprender tantas coisas e desconstruir seu preconceito.

Figura 18

2.3 O cronograma foi aplicado com flexibilidade? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

2.4 A proposta realizada estava de acordo com o planejado? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (4)

2.5 A metodologia foi adequada à proposta do curso? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

2.6 Os assuntos abordados estavam de acordo com o previsto no curso? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

2.7 O material fornecido estava adequado? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

2.8 As ministrantes tiveram postura adequada? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (4)

2.9 As ministrantes demonstraram domínio dos assuntos? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (4)

Comentário/sugestões: Eu como ministrante poderia ter participado muito mais.
Participem de trabalhos fora da sala e conversem para poderem por em prática o conteúdo.

3. Avaliação geral:

3.1 O curso atendeu às expectativas? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

Comentário/sugestões: O curso foi muito importante para construir conhecimentos, porém com pouco tempo dos assuntos que são necessários para o curso, aumentar o nº de ministrantes para atingir esse objetivo.

4. Sugestões de novas temáticas, metodologias e cursos:
Trabalhar mais com as mulheres, (juntas de Saúde, grupos de apoio, organização social, cursos práticos de vida, hoje os trabalhos não tem tempo de planejamento e nem futuro.

Fonte: Acervo próprio da autora.

²⁴ Tradução livre da autora.

Figura 19

2.3 O cronograma foi aplicado com flexibilidade? 0-1-2-3-4-5.

2.4 A proposta realizada estava de acordo com o planejado? 0-1-2-3-4-5.

2.5 A metodologia foi adequada à proposta do curso? 0-1-2-3-4-5.

2.6 Os assuntos abordados estavam de acordo com o previsto no curso? 0-1-2-3-4-5.

2.7 O material fornecido estava adequado? 0-1-2-3-4-5.

2.8 As ministrantes tiveram postura adequada? 0-1-2-3-4-5.

2.9 As ministrantes demonstraram domínio dos assuntos? 0-1-2-3-4-5.

Comentário/sugestões: O conteúdo e as ministrantes, com planejamento o curso, que se e conduzem momentos únicos.

3. Avaliação geral:

3.1 O curso atendeu às expectativas? 0-1-2-3-4-5.

Comentário/sugestões: Algumas dinâmicas devem continuar ou se adequar ao espaço de tempo.

4. Sugestões de novas temáticas, metodologias e cursos:

Acho que deveria se ler mais, e discussões ou debates.

Fonte: Acervo próprio da autora.

Figura 20

1.3 A carga horária foi adequada? 0-1-2-3-4-5.

1.4 O número de encontros foi adequado? 0-1-2-3-4-5.

1.5 Os dias e horários foram adequados? 0-1-2-3-4-5.

Comentário/sugestões: Claro se conseguiu cumprir todo o cronograma, mas as experiências faladas foram muito interessantes e recompensaram o espaço e local de fala foram muito importantes.

2. Metodologia, conteúdo e material:

2.1 As dinâmicas e recursos audiovisuais foram adequadas aos assuntos? 0-1-2-3-4-5.

2.2 Os encontros foram bem conduzidos? 0-1-2-3-4-5. (não conseguimos coordenar o tempo)

2.3 O cronograma foi aplicado com flexibilidade? 0-1-2-3-4-5.

2.4 A proposta realizada estava de acordo com o planejado? 0-1-2-3-4-5.

2.5 A metodologia foi adequada à proposta do curso? 0-1-2-3-4-5.

2.6 Os assuntos abordados estavam de acordo com o previsto no curso? 0-1-2-3-4-5.

2.7 O material fornecido estava adequado? 0-1-2-3-4-5.

2.8 As ministrantes tiveram postura adequada? 0-1-2-3-4-5.

2.9 As ministrantes demonstraram domínio dos assuntos? 0-1-2-3-4-5.

Comentário/sugestões: Houve uma interação coletiva das atividades e temas discutidos.

3. Avaliação geral:

3.1 O curso atendeu às expectativas? 0-1-2-3-4-5.

Comentário/sugestões: São atividades que devem ser feitas com mais frequência para fortalecer a sororidade entre as mulheres.

4. Sugestões de novas temáticas, metodologias e cursos:

Sofismas.

Fonte: Acervo próprio da autora.

Figura 21

Avalia de 1 a 5, circulando o número correspondente a sua avaliação, considerando:
0 - não sabe/não tem opinião, 1 - péssimo, 2 - ruim, 3 - regular, 4 - bom e 5 - ótimo

1. Estrutura física e cronograma:

1.1 A estrutura do local atendeu às necessidades? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 1.2 Os equipamentos utilizados estavam adequados? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 1.3 A carga horária foi adequada? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 1.4 O número de encontros foi adequado? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 1.5 Os dias e horários foram adequados? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 Comentário/sugestões: nao preferiamos ter mais tempo de curso, pois as falas são muito ricas e temos que aproveitar esse momento para discutirmos.

2. Metodologia, conteúdo e material:

2.1 As dinâmicas e recursos audiovisuais foram adequadas aos assuntos? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 2.2 Os encontros foram bem conduzidos? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 2.3 O cronograma foi aplicado com flexibilidade? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 2.4 A proposta realizada estava de acordo com o planejado? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 2.5 A metodologia foi adequada à proposta do curso? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 2.6 Os assuntos abordados estavam de acordo com o previsto no curso? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 2.7 O material fornecido estava adequado? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 2.8 As ministrantes tiveram postura adequada? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 2.9 As ministrantes demonstraram domínio dos assuntos? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 Comentário/sugestões: Admi o material bem explicativo e de uma forma bem simples

Avaliação geral:

3.1 O curso atendeu às expectativas? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5.
 Comentário/sugestões: Sim, foi muito importante participar desse curso e conhecer mulheres fortes e sábias.

Sugestões de novas temáticas, metodologias e cursos:
A sugestão é que o curso continue, que tenha outras edições e que a cada edição amplie o conteúdo, novas histórias, mais mulheres.

Fonte: Acervo próprio da autora.

Figura 22

2.4 A proposta realizada estava de acordo com o planejado? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 2.5 A metodologia foi adequada à proposta do curso? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 2.6 Os assuntos abordados estavam de acordo com o previsto no curso? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 2.7 O material fornecido estava adequado? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 2.8 As ministrantes tiveram postura adequada? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 2.9 As ministrantes demonstraram domínio dos assuntos? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 Comentário/sugestões: _____

3. Avaliação geral:

3.1 O curso atendeu às expectativas? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5
 Comentário/sugestões: SUPEROU MINHAS EXPECTATIVAS CHEGUEI PENSAR COM UMA COISA E HOJE EU SAÍ COM A MENTE ABERTA

4. Sugestões de novas temáticas, metodologias e cursos:
O CURSO PODE ABORDAR MAIS ASSUNTOS SOBRE COMUNIDADES, MÚSICAS NO DIA A DIA,

Fonte: Acervo próprio da autora.

Figura 23

2.7 O material fornecido estava de acordo com o previsto no curso? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

2.8 As ministrantes tiveram postura adequada? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

2.9 As ministrantes demonstraram domínio dos assuntos? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

Comentário/sugestões: EXCELENTE!

3. Avaliação geral:

3.1 O curso atendeu às expectativas? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

Comentário/sugestões: ENTREI UM GRÃO DE AREIA E ESTOU SAINDO COM MAIS CONHECIMENTO. FELIZ! TENHO MUITA SÍDE E FOME DE CONHECIMENTO!

4. Sugestões de novas temáticas, metodologias e cursos: AMEI O CURSO! TAREFAS DE EXPERIÊNCIAS REAIS! NOVAS EDIÇÕES!

Fonte: Acervo próprio da autora.

Figura 24

2.3 O cronograma foi aplicado com flexibilidade? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

2.4 A proposta realizada estava de acordo com o planejado? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

2.5 A metodologia foi adequada à proposta do curso? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

2.6 Os assuntos abordados estavam de acordo com o previsto no curso? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

2.7 O material fornecido estava adequado? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

2.8 As ministrantes tiveram postura adequada? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

2.9 As ministrantes demonstraram domínio dos assuntos? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

Comentário/sugestões: AS INFORMAÇÕES E ASSUNTOS ADEQUADOS E REAIS.

3. Avaliação geral:

3.1 O curso atendeu às expectativas? 0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 (5)

Comentário/sugestões: Quero mais tempo em níveis de curso

4. Sugestões de novas temáticas, metodologias e cursos: Sim, outros cursos, palestras e EAD

Fonte: Acervo próprio da autora.

Percebi algumas questões importantes. Embora o curso tenha contado com a participação ativa das lideranças na sua formatação, havia um respeito ao meu espaço de condução. Da mesma forma, busquei trabalhar numa perspectiva coletiva e colaborativa, embora não quisesse exigir mais tempo do que elas poderiam dispor,

já que os prazos eram meus. Outra questão que trago à reflexão do mestrado profissional é a dificuldade de se constituir produtos educacionais sem envolver outras agentes institucionais, mas da mesma forma não se consegue envolvimento de outros atores se não considerarmos o protagonismo deles. Em novos momentos, com outras demandas postas que não tenham o peso da autoria e dos prazos que não dão conta da vida mas de uma institucionalidade acadêmica específica, tiramos como encaminhamento criar outros espaços de discussões sobre as questões das mulheres de maneira articulada com conhecimentos acadêmicos.

É notório que a própria participação escassa mesmo entre as inscritas dão conta de uma necessidade de movimento de mais agentes em relação ao curso. Uma pesquisa que faça levantamento de temáticas a serem abordadas junto às mulheres participantes, bem como o melhor horário, seria importante.

Figura 25



Fonte: Acervo próprio da autora.

Outra ponderação que é importante fazer é sobre o número expressivo de adesões (26 interessadas inscritas) mas a dificuldade de participação efetiva

(reduzido número de mulheres que efetivamente conseguiram estar presentes nos encontros). Cabe destacar que, além do que tange aos horários, que podem ter ficado melhor organizados em função dos prazos e das ministrantes do que das participantes (sextas, 18h/21h30, e sábados das 8h30/12h), é sobre justamente a necessidade deste tipo de formação. Percebemos cotidianamente muitos entraves para a consolidação dos espaços coletivos de participação, os quais acabam sendo esvaziados por políticas de governos neoliberais e autoritários, que reforçam violências e extremismos e retiram condições sociais que permitam uma participação mais efetiva. No caso das mulheres, percebemos que a tripla jornada de trabalho e/ou demandas pautadas em *scripts* de gênero, acabam limitando o tempo para a participação e restringindo o acesso a espaços coletivos. Neste sentido, precisamos buscar formas de alcançar, a partir de oficinas, intensificando a oferta de tais espaços de trocas, parcerias e outras ações e metodologias, a difusão de um conhecimento que produza sujeitos e comunidades empoderadas com condições de atuarem para conduzir nossa sociedade a outra forma de ética.

É preciso ficar atento para o peso da cultura patriarcal que poderá colocar mais ou menos empecilhos (assimetrias e segmentação do mercado, de setores e ocupações, divisão sexual do trabalho) ao acesso das mulheres à esfera pública e ao mercado de trabalho. Nessa linha de reflexão, preconiza-se que para desafiar a sua subordinação, as mulheres, primeiro têm que reconhecer a ideologia que legitima a dominação masculina, e, segundo, entender como se perpetua sua opressão. Esse reconhecimento questiona os valores e as atitudes que a maioria das mulheres vem internalizando em seus processos de socialização, desde crianças. (CRUZ, 2018, p.40)

Este processo de empoderamento está presente em nossos cotidianos, mas são invisibilizados, subalternizados e silenciados por práticas e procedimentos institucionais, políticos e intelectuais. Pretendo, em continuidade ao processo, aprofundar a pesquisa-ação para compreender de que forma os espaços formativos com mulheres atuam para o desenvolvimento de ações de promoção à cidadania e à cultura política, com foco nas trajetórias de vida de mulheres, oportunizando espaço institucional e acadêmico aos saberes construídos nessas experiências e potencializando seus lugares de fala.

É importante ressaltar que os processos de empoderamento coletivo buscam promover um reconhecimento de suas potencialidades e do seu protagonismo. O

curso de extensão ministrado teve o intuito de aprimorar a participação das mulheres dentro do contexto pesquisado, tanto institucionalmente quanto comunitariamente. A maior participação de mulheres em ações comunitárias e institucionais tem o potencial de gerar uma maior equidade de gênero, promovendo novos formatos, pedagogias, reflexões e ações que acarretem numa outra perspectiva de nos situarmos naquela comunidade. É inegável que nossa instituição possui alguns espaços ainda excessivamente desiguais, em que a violência está mesmo na própria representação e representatividade. Fazer conhecer a si mesmas enquanto detentoras de um conhecimento válido, importante, reconhecendo e valorizando suas trajetórias, empodera essas mulheres, estudantes ou futuras estudantes do Campus Restinga, na busca pelo seu lugar de protagonismo. É necessário que as discussões relacionadas aos privilégios e opressões de gênero e raça extrapolem os espaços restritos e restringidos dos núcleos institucionais e promovam uma desacomodação destas forças.

A educação profissional ainda tem um longo caminho a percorrer em busca desta igualdade. E espaços de formação de mulheres que se entendam poderosas, potentes e, em especial, quais são os seus direitos, são essenciais para promoção de uma maior diversidade, tanto de saberes e conhecimentos, quanto de diversificação em sua comunidade. As ações afirmativas fazem sentido quando produzem significado e ecoam internamente, mas principalmente quando geram novos percursos institucionais. O espaço proposto, além disso, é um espaço de escuta e de acolhimento, em que muitas vezes reconhecemos no coletivo a potência para a necessária transformação social, em especial, na quebra de barreiras que hoje são motivos de larga evasão e baixa adesão a alguns cursos na educação profissional.

REFERÊNCIAS

BATLIWALA, Srilatha. El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In: **En Magdalena León, Poder y empoderamiento de las mujeres**. Santa Fé de Bogotá: T/M Editores, 1997, pp. 187-211.

BAUMAN, Zgmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento? (Feminismos Plurais)**. Belo Horizonte, MG: Editora Letramento: Justificando, 2018. Edição do Kindle.

BONETTO, Helena. **As percepções tofólicas/topofóbicas das lideranças comunitárias do bairro Restinga antes e depois da implementação do Orçamento Participativo**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGEO/UFRGS, Porto Alegre, 2013.

CRUZ, Maria Helena Santana; NASCIMENTO, Ana Paula Leite; SANTANA, Anabela Maurício de. **Reflexões sobre o poder mediadas pelo empoderamento das mulheres na condição de sujeito político**. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.15, n.2, p.38-55 Set.-Dez. 2018.

CRUZ, Maria Helena Santana. **O empoderamento das mulheres**. Revista Inclusão Social, Brasília, DF, v.11 n.2, p.101-114, jan./jun. 2018.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. **Rompendo com os scripts de gênero e de sexualidade na infância**. In: SARAIVA, Karla; GUIZZO, Bianca (Org.). **Educação, transgressões e narcisismos**. Canoas/RS: Ed. da Ulbra, 2017.p. 219 – 228.

FELIPE, Jane. **Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente**. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (organizadoras). **Para pensar a docência na educação infantil**. Porto Alegre/RS: Editora Evangraf, 2019. p. 238 - 250.

FRANCO, Marielle. **A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada**. In: BUENO, Winnie et al (organizadoras). **Tem saída?** Porto Alegre: Editora Zouk, 2017. p. 89- 95.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, p. 305-332, maio-agosto/2008.

OLIVEIRA, Guilherme Brandt. **A implementação de um curso de Ensino Médio Integrado na modalidade EJA: o Contexto da Prática do Campus Restinga (IFRS)**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala? (Feminismos plurais)**. Belo Horizonte, MG: Editora Letramento: Justificando, 2017. Edição do Kindle.

ROCHA, Alessandro Rodrigues; FRAZÃO, Idemburgo. **A gentileza como elemento transformador de não-lugares em lugares. Análise antropológica da presença do profeta Gentileza no incêndio do Gran Circus em Niterói**. Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa, Unigranrio, RJ, v.1, n.1, p. 26-37, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, 20(2):71-99, jul./dez., 1995.

SINGER, Helena. **Pesquisa-ação comunitária**. Coleção Tecnologias do Bairro Escola. V.1. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____ (organizador). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SOUSA, Sávia Lorena Barreto Carvalho de; NERY, Inez Sampaio. **Peso de ser mulher: as políticas públicas na conciliação entre lar e trabalho**. Revista FSA, Teresina, PI., v.16, n.2, art. 16, p. 296-317, mar./abr. 2019.

APÊNDICE A - Produto educacional

Este produto educacional é uma cartilha resultado do curso de extensão “A emergência das mulheres na ação comunitária: narrativas, feminismos e direitos humanos, proposto ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Composto de 22 horas de atividades, com 17h de atividades presenciais e 5h de atividades à distância, em formato de oficinas, foi aplicado no Campus Restinga do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Este curso buscou promover um espaço de formação de mulheres em estudos de gênero, feminismos e participação comunitária, valorizando trajetórias narradas a partir de suas próprias vozes e reconhecendo saberes e experiências para promover o empoderamento de mulheres do bairro e a consequente ocupação de espaços públicos e coletivos, e, com isso, contribuindo para mais mulheres protagonistas. Este produto educacional é elaborado com base nos estudos de gênero e estudos feministas, com enfoque na história dos movimentos das mulheres, estando os conceitos descritos ao longo desta cartilha.

A importância da pesquisa desenvolvida bem como o impacto do produto para área de ensino podem ser traduzidos dentro da perspectiva sobre o conceito de ensino da área:

O ensino não formal é praticado por instituições diversas, podendo incluir a escola. Busca promover a cultura, saúde, ciência, sendo sua apresentação organizada de forma intencional e planejada. Costuma estar relacionado a processos de desenvolvimento de consciência política e relações sociais de poder entre os cidadãos, praticadas por movimentos populares, associações da sociedade civil, sendo também muitas vezes ancorado em instituições de ensino e pesquisa. Ambos diferem do ensino informal, que está relacionado ao processo de socialização humana que ocorre durante toda a vida através dos diferentes modos de comunicação. Os limites entre essas três categorias de ensino não são extremamente rígidos, são permeáveis, pois aprender é inevitável, e as pessoas estão constantemente aprendendo, e por diferentes vias e agentes. (p.3)

a emergência DAS MULHERES

na ação comunitária:

narrativas,

feminismos e

direitos humanos

quem sou?





Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Campus Porto Alegre

Programa de Pós-Graduação

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

© Thaís Teixeira da Silva, 2019

Orientadora: Prof^a. Dra^a Liliane Madruga Prestes

Editoração gráfica: a autora.

S586e Silva, Thaís Teixeira da

A emergência das mulheres na ação comunitária: narrativas, feminismos e direitos humanos / Thaís Teixeira da Silva., Liliane Madruga Prestes – Porto Alegre 2019.

43 p. .: il, color.

ISBN

Por e para mulheres - Curso de Extensão - IFRS Campus Restinga

1. Estudos sobre a mulher. 2. Feminismo. 2. Liderança comunitária. 3. Direitos humanos 4. Empoderamento feminino.

I. Prestes, Liliane Madruga. II. Título.

CDU 305-055.2

Catálogo na fonte: Suzinara da Rosa Feijó - CRB10/1654.





Por quê?

A presente cartilha é resultante de pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFRS - Campus Porto Alegre com o objetivo de promover referencial na formação de lideranças femininas com viés comunitário e político e ampliar, com isso, os espaços de atuação da mulher em nossas instituições e sociedade. Tal produto apresenta uma proposta de curso de extensão, o qual foi desenvolvido e aplicado com mulheres e jovens do bairro Restinga, junto ao Campus Restinga do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Entendemos que promover espaços formativos em que mulheres percebam suas capacidades e se vejam como protagonistas pode auxiliar na diminuição das desigualdades de gênero de maneira local e colaborar para uma mudança de realidade social e cultural a médio prazo em escala mais ampla.

Buscamos dar visibilidade às vozes de mulheres de locais historicamente postos à margem pela sociedade hegemônica, as chamadas periferias. Mulheres que trabalham em causas para suas comunidades. Possibilitar a criação de espaço formativo oportuniza que outras mulheres possam ressignificar o espectro público em suas vidas e, com isso, buscar o protagonismo em relação a espaços institucionais e de exercício político, tão restritos ao masculino, a um determinado tipo de masculinidade.

Segundo a União Interparlamentar, em outubro de 2019 o Brasil ocupava a 134ª posição, entre 192 países, no ranking de participação feminina no parlamento nacional, com 77 mulheres deputadas entre 513, e 12 senadoras entre 81. Considerando que a partir da 5ª posição no ranking o percentual de representatividade feminina nos países é menor que 50%, a pouca participação feminina na política é fenômeno mundial, bem como movimentos de resistência feminista, como o 8M, a Marcha Mundial de Mulheres, entre outros.

Em outra pesquisa realizada pelo Instituto CATHO, a ocupação de cargos de comando dentro de instituições e organizações por mulheres é muito menor que a de homens: 25,85% dos cargos de presidência e 27,42% dos cargos de vice-presidência de organizações são ocupados por mulheres, enquanto elas ocupam 61,57% do cargo de «encarregadas».

A realização de ações de promoção à igualdade de gênero é o 5º dos 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, adotada pela Assembleia da ONU em 2015.

Diante desse cenário, presenciamos a expansão e maior visibilidade de movimentos de mulheres em todo mundo, militantes ou não, na construção de soluções e de políticas públicas que promovem a equidade e diminuem situações de desigualdade e preconceito com base no gênero.





Resumo

Esta cartilha tem por intuito servir como base para realização de formação continuada de mulheres para a participação na gestão da vida comunitária. A proposta visa promover a articulação destas mulheres com lideranças femininas que já atuam na comunidade. Para tanto, a metodologia proposta consiste em oficinas com dinâmicas e técnicas que estimulam a reflexão entre as participantes sobre os seus cotidianos e suas trajetórias, promovendo, em rodas de conversas, conhecimento a partir da troca dialógica de experiências e saberes entre as participantes e as lideranças convidadas. Para esta proposta de cartilha de curso de extensão, as temáticas abordadas em cada encontro foram definidas a partir de entrevistas realizadas com lideranças comunitárias femininas do contexto no qual a ação foi desenvolvida e elaboradas em grupos focais com estas lideranças, dentro de uma proposta de pesquisa-ação. Neste sentido, quando aplicado em outro contexto, outras demandas de temáticas podem emergir da ação. Além disso, propõe o resgate e a valorização das trajetórias de vida de lideranças e dos processos formativos que as constituem, suas identidades enquanto mulheres e líderes, compartilhando conhecimentos e experiências vivenciadas. A realização e avaliação do curso inclui sua participação desde a concepção da proposta e tem base em convergências nas entrevistas realizadas com as lideranças analisados pela coordenadora institucional da ação. A avaliação da proposta do curso deve ser realizada por todas as participantes inscritas e lideranças no último encontro, a partir da aplicação da metodologia do Mapa da Vida, descrito no último módulo.

Proporcionar espaços de formação continuada em contextos escolares e/ou não escolares para que mulheres compartilhem conhecimentos e experiências, produzindo subsídios para o protagonismo feminino na representatividade e gestão comunitária bem como na luta em prol da equidade de gênero.

Objetivo geral

Objetivos específicos

Proporcionar subsídios teóricos e práticos sobre liderança comunitária fomentando o protagonismo de mulheres.

Promover espaços nos quais mulheres líderes comunitárias compartilhem saberes e experiências.

Fomentar a participação das mulheres na construção e melhoria das condições de gestão comunitária de forma qualificada.

Ampliar o debate em torno das políticas de equidade de gênero a partir da participação efetiva das mulheres nos espaços públicos de poder.





Metodologia

A aplicação do curso prevê que o planejamento e elaboração sejam realizados em conjunto com lideranças comunitárias femininas do seu contexto de aplicação. Para tanto, propõe a realização de entrevistas individuais sobre suas trajetórias de vida relacionadas a sua representação nos espaços de participação comunitária para identificar categorias convergentes de conhecimentos e saberes adquiridos ao longo de suas trajetórias. Dentro do contexto de aplicação desta proposta estabelecemos as temáticas recorrentes e apresentamos em cada módulo técnicas e dinâmicas que podem ser aplicadas em oficinas que propiciem um espaço de intercâmbio de conhecimentos e experiências de acordo com as trajetórias de vida tanto das lideranças quanto das mulheres participantes. Neste sentido, cada encontro deverá ser organizado em formato de oficina, onde sugerimos a adoção de dinâmicas variadas que promovam a interação e participação do grupo na abordagem das temáticas. Ao final de cada encontro, são propostas atividades à distância para as aulas posteriores, a fim de promover a reflexão sobre sua realidade. Também são sugeridos textos básicos e complementares para leitura. No último encontro, é necessário realizar o encerramento das ações e avaliação do curso, traçando novas perspectivas de formação.

Propomos que o curso tenha duração de 5 encontros presenciais com duração de 3h30min cada, com as seguintes temáticas:

- Oficina 1:** Conceitos de Gênero, Feminismos e mulheres e política
- Oficina 2:** Empoderamento, interseccionalidade e lugar de fala
- Oficina 3:** Introdução aos Direitos humanos e às políticas públicas
- Oficina 4:** Movimentos sociais e participação de mulheres
- Oficina 5:** Encerramento, Avaliação e proposições de novos temas

Programa de aulas

Atividades à distância

A proposta do curso prevê atividades à distância de reconhecimento de lugares e suas histórias e mulheres e suas trajetórias, com duração total de 4h30min:

- Atividade 1a:** Mulheres Invisibilizadas
- Atividade 1b:** Espaços de Políticas Públicas e Participação
- Atividade 2a:** Representação do espaço onde vivo
- Atividade 2b:** Autorretrato

Sugerimos que ao final da atividade os conceitos abordados sejam sistematizados através de registro coletivo com a compreensão acerca das temáticas trabalhadas. Para tal, no final desta cartilha, há um modelo de folha a ser entregue à participante. Os conceitos estão disponíveis ao longo da cartilha, bem como um referencial teórico para cada tema.

Construção dos conceitos





oficina 1

Narrativas de

GÊNERO

e feminismos

«Depois de alguns anos eu consegui comprar uma máquina de costura e fui formando meu alicerce de independência. Porque naquele momento em que eu vim pra cá eu não tinha nem noção do que eu poderia ser como pessoa. E isso levou algum tempo até eu me encontrar.»
Maria Salete



designed by freepik



Resumo

A proposta é trabalhar conceitos introdutórios a gênero e feminismos a partir de narrativas das trajetórias de vida das participantes. Nesta oficina propomos a construção de processos de reflexão e (auto)reconhecimento das identidades constituídas ao longo de cada trajetória, a partir de suas narrativas de “quem sou e o que faço?”. A proposta é construir um mapa identitário com as convergências e dissensos dos relatos sobre o que é ser mulher e como vamos nos constituindo. Articulando as experiências de vida, trabalhamos conceitos de scripts de gênero, suas representações a partir da perspectiva dos estudos de gênero, como se dá a divisão sexual do trabalho e como isso traz impactos na representatividade nos mais diversos espaços e instituições. Ao final, propomos a construção de uma linha do tempo com as principais fases dos movimentos feministas, com destaque aos debates entre público e privado, e seus principais resultados na vida das mulheres.

Metodologia

- Apresentação (10min).

Descrição: Apresentação da equipe, incluindo coordenação institucional e lideranças convidadas. Apresentação da proposta do curso e do cronograma de aulas.

- Construção dos acordos coletivos (10min).

Descrição: Escrever em um cartaz os acordos coletivos estabelecidos em conjunto com a turma para disponibilizar em todas as aulas. Sugerimos: pontualidade; escuta; comprometimento; respeito à história da outra; discricção quanto às situações narradas.

- Apresentação das participantes (1h20min).

Descrição: Aplicação da Técnica do Espelho, para apresentação de todas as participantes, incluindo lideranças e coordenação. Em frente a um espelho, uma participante por vez responde a si mesma as seguintes perguntas: Quem sou? O que faço? Onde estou? A proposta é que cada uma faça um diálogo consigo mesma, estimulando o autorreconhecimento. Ao final, é realizada a reflexão sobre a experiência de pensar e falar de si e consigo e os pontos de convergência existentes entre as trajetórias de vida. Esta atividade promove a empatia e o sentimento de vínculo.

- Constituição do Mapa Identitário do grupo.

Descrição: Durante a execução da técnica do espelho, enquanto as participantes dialogam consigo mesmas, a coordenadora escreve palavras-chave de cada discurso em um papel pardo ou cartaz visível a todas, cujos nomes das participantes vão sendo escritos também. O objetivo é relacionar as palavras escritas com os conceitos trabalhados ao longo do curso.





Metodologia

- Scripts de Gênero (30min).

Descrição: A proposta é refletir sobre o conceito de *scripts* de gênero desde antes mesmo de nascermos. Em um papel pardo ou cartaz afixado no quadro, com a participação das mulheres, a coordenadora escreve situações da vida cotidiana tidas na sociedade como «coisas de homem» ou «coisas de mulher», divididas em duas colunas. Ao longo da atividade, as participantes refletem sobre como evoluíram algumas questões e como se mantêm em determinados contextos outras situações. No final, propomos a inversão das colunas, colocando «coisas de homem» onde estavam «coisas de mulher» e vice-versa. A atividade visa problematizar que estes *scripts*, mesmo que invertidos, não promovem igualdade e são construções sociais que buscam determinar espaços e limites de atuação das mulheres, bem como narrar determinado tipo de masculinidade como sendo a ideal.

- Divisão Sexual do Trabalho (20min).

Descrição: Aplicação da Técnica do Relógio. Em uma cartaz ou papel pardo, desenha-se um relógio, em que a cada hora do dia vai se constituindo as atividades realizadas pelas participantes e por homens próximos. Ao final, contabiliza-se as horas destinadas a cada gênero e reflete-se sobre os tipos de atividades realizados e como isso impacta no exercício de atividades públicas ou de trabalho de modos diferentes.

- Mulheres e Política (15min).

Descrição: A partir de um vídeo (sugestão na Biblioteca de Vídeos) sobre mulheres na política e com base nas reflexões surgidas na atividade anterior, problematiza-se as causas e efeitos da pouca representatividade das mulheres nos espaços de poder e como os movimentos sociais contribuem para que essa realidade possa ser revertida.

- História do(s) Feminismo(s) (40min).

Descrição: A partir da constituição de uma linha do tempo do movimento de mulheres a partir do século XIX, com marcos históricos no Brasil e teóricos internacionais, a proposta é abordar diferentes tipos de feminismo, como feminismo liberal, marxista, radical, interseccional, bem como a sua interlocução com os movimentos intelectuais e acadêmicos dos estudos feministas e de gênero e inserção das mulheres na história.

- Atividade à distância (5min):

Descrição: Explicar as atividades à distância 1a e 1b.





Conceitos

Gênero

Construção social que reproduz *scripts* de vida baseados no sexo biológico, a partir do pensamento binário masculino/feminino. Pode ser uma categoria de análise teórico-metodológica para identificar estruturas de desigualdade entre homens e mulheres nos mais diversos âmbitos da sociedade e do conhecimento. A partir da constituição da categoria «gênero», problematiza-se que não há essencialismo nos sexos biológicos. Visibilidade das mulheres na história do mundo e do conhecimento. «Para saber mais»: SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista *Educação e Realidade*, 20(2):71-99, jul./dez., 1995.

Comportamentos e práticas apreendidos em virtude de se nascer homem ou mulher, entranhados em nossas formações e normas sociais, em geral na forma binária de oposição entre masculino com qualidades superiores e positivas e o feminino sendo seu oposto com características negativas e de fragilidade.

«Para saber mais»: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. *Rompendo com os scripts de gênero e de sexualidade na infância*. In: SARAIVA, Karla; GUIZZO, Bianca (Org.). *Educação, transgressões e narcisismos*. Canoas/RS: Ed. da Ulbra, 2017.p. 219 – 228.

Scripts de gênero

Desigualdade de gênero

Discriminação e preconceito que tem como base o sexo biológico ou a identidade de gênero e que promovem desigualdade no acesso e no resultado a determinados espaços sociais.

«Para saber mais»: SCOTT, Joan. *O Enigma da igualdade*. Revista *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 11-30, janeiro-abril/2005.

Sociedade, sistema, leis, normas sociais, linguagem feitas e elaboradas por homens e privilegiando homens e aspectos considerados masculinos, que, em geral, determinam o controle sobre a mulher e seu corpo e subalternizam a posição e o acesso e a produção de mulheres às estruturas sociais, de trabalho, políticas, culturais, de conhecimento, entre outras.

«Para saber mais»: BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Difusão Europeia do Livro, 1967.

Patriarcado





À mulher foi dado o trabalho reprodutivo e de cuidado como natural a sua essência. Ao homem foi dado o trabalho produtivo que exige qualificação, gerando, neste sentido, a desigualdade no acesso ao conhecimento e a postos de trabalho. Esta divisão organiza a vida cotidiana, com mais de 50% do trabalho exigido por esta organização ficando a cargo da mulher. Alguns trabalhos, como o cuidado, tidos como inerentemente femininos, são marcados pelos aspectos da gratuidade ou precarizados nos direitos, quando remunerados. Tem relação com o debate sobre a constituição dos espaços públicos, institucionais, decisórios e de poder, dos quais a mulher se retira em virtude do «cuidado» que precisa exercer na vida privada, sem o aporte de equipamentos e leis públicas. São trabalhos invisibilizados, mas que sustentam toda organização social produtiva.

«Para saber mais»: BIROLI, Flávia. *Divisão Sexual do Trabalho e Democracia*. Dados [online]. 2016, vol.59, n.3, pp.719-754.

Divisão sexual do trabalho

Estudos de gênero

Introduz uma nova categoria de análise (além de classe, raça) e distingue os papéis sociais da prática sexual e do sexo biológico, desnaturalizando identidades e promovendo reflexão teórica e epistemológica. Entende que existe uma construção social dos gêneros, relacional e instituídos pela linguagem. Promove o resgate à invisibilidade das mulheres, que «começam» a se tornar sujeitos históricos, das ciências e das disciplinas. Percebe o gênero como constituinte das instituições e práticas sociais.

«Para saber mais»: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero: história e educação*. Revista Educação e Realidade. 20(2): 101-132, jul./dez., 1995.

Os Estudos Feministas, ou Teorias Feministas, mostram a invisibilidade dos sujeitos nas ciências, sempre tidos como «outros», feitos por sujeitos hegemônicos. Parte do entendimento de que quem produz o saber o transforma. Aponta os múltiplos lugares de conhecimento, introduzindo nas práticas de pesquisa a ferramenta da interseccionalidade.

Traz à centralidade do conhecimento e de sua produção sujeitos subalternizados, o «outro» dentro de uma conduta normalizada, introduzindo que o outro é sempre relacional e nunca universal. Estes sujeitos - mulheres - passam a construir conhecimento também enquanto campo teórico de saber. Tem como obra de inauguração *O Segundo Sexo*, da filósofa Simone de Beauvoir.

«Para saber mais»: MARIANO, Silvana Aparecida. *O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3): 483-505, setembro-dezembro/2005.

Estudos Feministas





Feminismo

Movimento de mulheres social, político e filosófico. «É a ideia radical de que mulheres são gente». Introduz nos mais diversos aspectos da vida social a constituição de diversos sujeitos «mulheres». A evolução do feminismo é descrita em ondas por algumas teóricas, em que é possível verificar o surgimento de maneira mais explícita das vertentes e os estudos acadêmicos relacionados a sua trajetória. O feminismo, ao longo de sua trajetória, demonstrou que a luta das mulheres não é a mesma, porque os sujeitos não são homogêneos. Embora o objetivo seja a destituição da desigualdade de gênero estrutural em nossa sociedade, o movimento feminista foi-se constituindo a partir de diferentes perspectivas teóricas e sociais.

«Para saber mais»: PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, história e poder. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.*

Destacamos três vertentes dos movimentos feministas:

Feminismo Liberal - surgiu com a primeira onda, no final do século XIX, e, em geral, é por onde as mulheres acessam o movimento. Para as mulheres desta vertente, o machismo está nas leis, acreditando que mudando as leis, muda-se a estrutura social. É o feminismo que defende a igualdade de direitos, a liberdade sexual e defesa das performances de feminilidades. É o primeiro movimento político da modernidade e não leva em conta a diferença interna entre as mulheres. Em geral, é absorvido de alguma forma pelo capitalismo e pelo patriarcado.

Feminismo Radical - surgiu com a segunda onda do feminismo, em meados do século XX. O termo radical refere-se à raiz do problema, e não a extremismo. As feministas radicais, ou «radfem», acreditam que a origem do problema da desigualdade de gênero está na estrutura e sistemas patriarcais, que não se extingue apenas com as leis. Não acreditam no conceito de gênero, pois este é uma criação social do patriarcado. Entende que toda identificação que sai do sexo biológico é uma construção social, por isso não reconhece o feminismo *trans*. Entende que a opressão de gênero é anterior as demais opressões. É o movimento do «pessoal é político». É tido como um feminismo utópico, pois entende que se houver igualdade entre os sexos não é necessário haver gênero. Defende que as atitudes individuais afetam o coletivo, e, por isso, são contra a objetificação da mulher na prostituição e em pornô, mesmo os considerados feministas. Não aceita homem no feminismo, não sendo este o seu lugar, entendendo que os homens detêm o poder e o espaço do feminismo é das mulheres.

Feminismo Interseccional - é considerada uma ferramenta de análise. Aponta diferenças entre as mulheres e a necessidade de considerar a intersecção de opressões a partir de outros recortes como classe, raça, orientação sexual. É um feminismo surgido com mais fôlego intelectual a partir da terceira onda. Aponta que a mulher pode assumir o lugar de opressora, quando em análise outras intersecções.

Movimentos Feministas





Uma breve história do feminismo

A história do movimento feminista como movimento organizado de mulheres tem início a partir de meados do século XIX. Após a Revolução Francesa (1789), com novos paradigmas de sociedade sendo colocados com o lema de Igualdade, Liberdade e Fraternidade entre nobreza e burguesia, o movimento iluminista publicou a declaração de Direitos do Homem e do Cidadão. As mulheres perceberam que a igualdade foi apenas para os homens e tem início de maneira mais sistemática no mundo a busca por igualdade de direitos entre homens e mulheres. Este período é conhecido como a **Primeira onda do Feminismo** e é marcado pela luta por uma relação simétrica no casamento, a inserção das mulheres na educação, no mundo do trabalho e na política, como cidadãs livres e iguais. É o período que desponta o Movimento das Sufragistas na Inglaterra, França e em diversos países do mundo, culminando, no Brasil, em 1934, com a aprovação de sufrágio universal para mulheres. É considerado um movimento moderado por se tratar de uma luta de mulheres que detinham algum privilégio de classe e raça. No mesmo período se apresenta o movimento de mulheres proletárias, unidas pelo socialismo, que busca a igualdade de salários, direitos trabalhistas e a liberdade de trabalho. Diversos avanços foram conquistados em forma de legislação, mas, na prática, como até hoje, a igualdade não ocorria de fato e não para todas as mulheres. A **Segunda onda do Feminismo** surge a partir da década de 60 do século XX, quando começam a surgir os estudos feministas na academia, a partir do Segundo Sexo, da filósofa Simone de Beauvoir. Neste livro ela cunha a expressão «Não se nasce mulher, torna-se mulher», problematizando que não há uma essência feminina, mas uma construção social acerca das atribuições e possibilidades de ser mulher. Neste período, surgem estudos sobre a construção social do gênero que, com base em um determinismo biológico inexistente, atribui *scripts* de vida que devem ser seguidos por homens e mulheres. Estas questões tornam-se objeto de estudos, assim como a representação e o agenciamento das mulheres pelas práticas sociais. Neste período ocorre uma reflexão teórica e social sobre a intersecção entre o mundo privado e o público, trazendo novas concepções de que o que acontece dentro de casa impacta na vida pública e vice-versa. Este é o período pós-guerra, em que os homens retornam aos postos de trabalho ocupados por mulheres durante a guerra, e estas são impelidas de volta à vida privada do casamento. Dentro do movimento dos trabalhadores, homens consideram a luta das mulheres como secundárias. O movimento de mulheres se consolida e tem como marco o pressuposto de que a estrutura pública precisa mudar para que a vida privada seja transformada, em relação às opressões de gênero. A **Terceira onda do Feminismo**, do final da década de 1980, se consolida a partir do fortalecimento dos movimentos identitários. O movimento começa a apresentar de maneira mais incisiva os recortes relacionados a raça, classe, orientação sexual e outras intersecções das opressões vivenciadas pelas mulheres no dia-a-dia.





Linha do tempo no Brasil

- 1827** - Mulheres podem começar a frequentar as escolas.
- 1832** - Nísia Floresta publica «Direitos das Mulheres e Injustiça dos homens», considerado fundador do feminismo brasileiro. Foi a primeira mulher a denunciar o mito da superioridade do homem.
- 1852** - Surge o primeiro jornal feminista «Jornal das Senhoras».
- 1871** - É promulgada a Lei do Ventre Livre, em que filhos/as de mulheres escravizadas nascem libertos. Embora seja considerada uma conquista, houve problemas relacionados à efetivação desta «liberdade».
- 1879** - Mulheres podem ser aceitas nas universidades. Embora a lei passe a permitir a frequência de mulheres, elas enfrentam o preconceito em relação às suas capacidades.
- 1885** - Chiquinha Gonzaga se torna a primeira Maestrina.
- 1887** - Rita Lobato Freitas se torna a 1ª médica do Brasil, na Bahia, e 2ª na América Latina.
- 1888** - Assinatura da Lei Áurea. A Princesa Isabel foi a primeira senadora brasileira e primeira chefe de estado no continente americano.
- 1894** - Nasce Bertha Luz, uma das precursoras do movimento sufragista no Brasil e única mulher na Assembleia da Onu que aprovou a Declaração dos Direitos Humanos.
- 1910** - Nasce Patrícia Galvão, ativista feminista presa mais de 20 vezes por lutar pelos direitos das mulheres.
- 1910** - Ocorre a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, que introduz, ainda sem data definida, o Dia Internacional da Mulher.
- 1910** - Surge o Partido Republicano Feminino, que luta pelo direito ao voto e emancipação da mulher.
- 1918** - Maria Lacerda de Moura lança o livro «Em torno da Educação», defendendo o processo educacional na libertação e como fator de transformação na vida das mulheres.
- 1919** - A Organização Internacional do Trabalho publica resolução que obriga o pagamento de salários iguais entre homens e mulheres.
- 1928** - Eleita a primeira prefeita brasileira, em Lajes (RN), Alzira Soriano de Souza.
- 1928** - Celina Guimarães é a primeira mulher a se alistar eleitora (RN).
- 1932** - Nadadora Maria Lenk é a primeira brasileira a participar de Olimpíadas.
- 1932** - Mulheres solteiras, com renda, e casadas, autorizadas pelo marido, podem votar.
- 1934** - Sufrágio universal de mulheres.
- 1934** - Primeira deputada federal eleita, Carlota de Queirós (SP).
- 1936** - É fundado o primeiro sindicato de Domésticas, por Laudelina de Campos, em Santos.
- 1949** - Ocorre o I Encontro Nacional Feminista, em Fortaleza.
- 1949** - Simone de Beauvoir publica o «Segundo sexo», na França, em que analisa a condição da mulher na sociedade.
- 1956** - Acontece a I Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras do Brasil.
- 1962** - Aprovado o Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.212/62), que define o direito à herança e retira a obrigação de autorização do marido para que a mulher possa trabalhar.





Linha do tempo no Brasil

1975 - Surge o «Jornal Brasil Mulher».

1975 a 1985 - A ONU institui a Década da Mulher.

1977 - Aprovada a Lei do Divórcio (Lei 6.515/77).

1979 - As mulheres são autorizadas a praticar qualquer esporte, após quatro mulheres se inscreverem em Campeonato Sul-Americano de Judô com nomes masculinos. De 1937 a 1979 elas só podiam praticar esportes de acordo com sua «condição física feminina».

1982 - Esther Figueiredo é a primeira ministra de estado, no Ministério de Educação.

1985 - Surge a primeira Delegacia da Mulher (SP).

1985 - Criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, junto ao Ministério da Justiça.

1985 - Ano Internacional da Mulher, pela ONU. Fixou a data de 08 de março como Dia Internacional da Mulher.

1987 - Elaborada a Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes, construída após vários encontros. Conseguiu incorporar quase 80% das reivindicações na Constituição de 88.

1988 - Chamado de *Lobby* do Batom, feministas e deputadas federais incluem a igualdade formal na Constituição Federal.

1988 - Luiza Erundina é eleita prefeita da maior cidade do país, São Paulo.

1988 - Ocorre o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, introduzindo de maneira consolidada a questão racial na ordem do movimento feminista.

1990 - Dia 28 de setembro é instituído como Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe.

1996 - É introduzido o sistema de cotas para mulheres nas eleições (Lei 9.100/95), tendo, os partidos, que destinarem 20% das vagas nas chapas eleitorais a mulheres.

1999 - Ocorre o I Seminário Nacional de Mulheres Lésbicas e Bissexuais (RJ), que introduz o dia 29 de agosto como Dia da Visibilidade Lésbica.

2000 - Acontece a I Marcha Mundial de Mulheres e a I Marcha da Margaridas.

2001 - I Marcha das Vadias, que ocorre contra a culpabilização das vítimas de crimes de estupro e contra a cultura de poder sobre o corpo da mulher.

2002 - Casar sem ser virgem deixa de ser crime e motivo de divórcio.

2002 - Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras lança a Plataforma Política Feminista.

2002 - É criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, transformada, em 2003, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

2006 - Aprovada Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que é resultado da luta do movimento e busca coibir a violência doméstica contra a mulher.

2009 - Lei de cotas para mulheres serem candidatas passa a ser obrigatória e estabelece 30% como mínimo de candidaturas femininas.

2010 - Eleita a primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

2015 - Sancionada a Lei do Femicídio (Lei 13.104/15), que altera o Código Penal e inclui o assassinato de mulher por razão desta condição como homicídio qualificado.





< Para saber mais sobre Feminismo >

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. Rev. Bras. Enferm., Brasília (DF), 57(1):13-8, jan./fev. 2004.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.

PRÁ, Jussara R. Mulheres, Feminismo e ação política no Brasil. Porto Alegre: CirKula, 2016.

Universidade Livre Feminista - <https://feminismo.org.br>

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

- www.unifem.org.br

Mujeres en red - www.nodo50.org/mujeresred

United Nations - Women Watch - www.un.org/womenwatch

ONU Mulheres - <http://www.onumulheres.org.br/>

Campanha da Não-violência contra a mulher - www.bemquerermulher.com.br

Portal de Violência Contra a Mulher - Patrícia Galvão - www.patriciagalvao.org.br

Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) - www.cfemea.org.br

CEPIA: Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação - <http://www.cepia.org.br/>

Pacto Global - ONU <http://www.pactoglobal.org.br/>

Themis - <http://themis.org.br/>

<https://pontodeculturaafeminista.wordpress.com/tag/porto-alegre/>

<https://blogueirasfeministas.com/biblioteca/sites-de-referencia/>

<http://mulhernocinema.com/>

<https://promundoglobal.org/#>

<https://thinkolga.com/>

<http://azmina.com.br/>

<http://www.naomekahlo.com/>

<https://www.geledes.org.br/>

Brasilianas - <https://iniciativabrasilia.wixsite.com/brasilianas>

Sites

Podcast

Podcast Diana e Júlia Corso - Precisamos falar
- <https://www.megafono.host/podcast/precisamos-falar/>





Filmes e séries feministas

As Sufragistas, 2015
She's beautiful when she's angry, 2014
Feminists: what they are thinking, 2018
A Dama de Ferro, 2012
Histórias Cruzadas, 2011
Estrelas além do tempo, 2017
Frida, 2002
O sorriso de Monalisa, 2003
Felicidade por um fio, 2018
Mary Shelley, 2017
Grandes Olhos, 2018
Miss Representation, 2011
Code girl, 2015
Coisa mais linda, Netflix
As telefonistas, Netflix
O conto de aia, 2017
Ela quer tudo
Good girls
Orange is the new black
How to get away with a murder?

<https://feminismo.org.br/filmes-feministas/>

<https://filmow.com/listas/filmes-documentarios-e-series-feministas-l112689/>

<https://www.facebook.com/empodereduasmulheres>

<https://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/>

<https://www.facebook.com/mulherdelugar>

<https://www.facebook.com/movimentovamosjuntas/>

<https://www.facebook.com/feminismoliberal>

<https://www.facebook.com/artefeministaoficial/>

<https://www.facebook.com/asminasnahistoria/>

<https://www.facebook.com/casadamaejoannaCDMJ/>

<https://www.facebook.com/joanna.burigo>

<https://www.facebook.com/emancipamulher/>

<https://www.facebook.com/themis.org.br/>

<https://www.facebook.com/GrevedeMulheres/>

<https://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil/>

<http://assuperlistas.com/2015/01/15/melhores-paginas-do-facebook-sobre-feminismo/>

<https://feminismo.org.br/movimentos/>

Redes sociais





Ondas feministas | História e vertentes do feminismo

- Se liga nessa história :

<https://www.youtube.com/watch?v=zGHdDnKw8Cc>

Da insubmissão feminista na atualidade - Margareth Rago

- Café Filosófico CPFL - <https://www.youtube.com/watch?v=gh67t3a9Mjs>

Heroínas brasileiras: <https://www.youtube.com/watch?v=dSx1jojvkoA>

Mercado feminino: <https://www.youtube.com/watch?v=JlPJNdCbgd4>

Mainsplaning: <https://www.youtube.com/watch?v=PkpKn-Navsc>

Mulheres e Política: como é ser mulher na política? - Azmina

- <https://www.youtube.com/watch?v=MOdYWMcmcl0>

Por Dentro da Política: Mulher na Política - Alesp - Márcia Tiburi

- <https://www.youtube.com/watch?v=tjEI9uKMwEM>

Participação das mulheres na política | Explica Aí #01

- https://www.youtube.com/watch?v=FaVBE_pGMV4

Feminismo Negro e Filosofia - Djamilá Ribeiro (Mulheres na Política)

<https://www.youtube.com/watch?v=u56gUXbdH2Q>

Feminismo e igualdade de gênero no Brasil | O Futuro é Feminino - Canal GNT

- <https://www.youtube.com/watch?v=otBS-EMOc90>

A luta pela equidade de gênero | Joanna Burigo | TEDxLaçador

- <https://www.youtube.com/watch?v=Mig0isxPqy0&feature=share>

Por que você precisa de feminismo? - Capricho

- <https://www.youtube.com/watch?v=vfQ3nilvLgY>

A História do Feminismo | Philos TV - <https://www.youtube.com/watch?v=8oWRwwazg0o>

Por Que Xingamos Homens e Mulheres de Modo Diferente? | Valeska Zanello |

TEDxUniversidade de Brasília - <https://www.youtube.com/watch?v=6kCoRgdeNNc>

Djamilá Ribeiro - Lugar de fala - Saia Justa: <https://www.youtube.com/watch?v=AINEmjM4Ki4>

Vertentes do feminismo - Lela Brandão- <https://www.youtube.com/watch?v=6sR16hQLHug>

Sororidade, equidade e mansplaining- Lela Brandão

- <https://www.youtube.com/watch?v=tIKW1RbgRYw>

Vertentes do Feminismo - Victoria Ferreira

- https://www.youtube.com/watch?v=_KZUQxh49Aw

Tá bom pra você? | Kenia Maria | TEDxSaoPauloSalon

- <https://www.youtube.com/watch?v=bLkLaQVuRd8>

A escalada dos vulneráveis | Ruth Manus | TEDxSaoPaulo

- <https://www.youtube.com/watch?v=4RbHzSRfoXo>

O empoderamento feminino precisa passar pela vagina | Carol Teixeira | TEDxNovaLima

- <https://www.youtube.com/watch?v=rI31QiFF-t8>

Lutas e Conquistas das Mulheres Brasileiras - Comunicação MST Região Centro Paraná

- <https://www.youtube.com/watch?v=3uj4Eyt6SaM>

Biblioteca
de vídeos





Biblioteca musical feminista

Triste, louca ou má - Francisco, el hombre:

<https://www.youtube.com/watch?v=IKmYTHgBNoE>

Identidade - Alessandra Crispin:

<https://www.youtube.com/watch?v=eIT5P7O132s>

Todxs putxs - Ekena:

<https://www.youtube.com/watch?v=QuVXN3ZOcjI>

Vá pro Inferno com seu amor - Vanessa da Mata:

https://www.youtube.com/watch?v=5Uz_MkovOb4

Dona de mim - Iza - https://www.youtube.com/watch?v=FnGfgb_YNE8

Ela encanta - Maria Peralta - <https://www.youtube.com/watch?v=G6O4AvtX51Q>

Cota não é esmola - Bia Ferreira - <https://www.youtube.com/watch?v=QcQlaoHajoM>

Não precisa ser Amélia - Bia Ferreira - <https://www.youtube.com/watch?v=psxSY400Pn8>

Maria da Vila Matilde - Elza Soares - <https://www.youtube.com/watch?v=-09qfhVdzz8>

O que se cala - Elza Soares - https://www.youtube.com/watch?v=5ypEw_9BFfQ

Respeita as minas - Kell Smith - https://www.youtube.com/watch?v=vjzKTYZMO_8

Nós somos mulheres - Samba que elas querem:

<https://www.youtube.com/watch?v=B5YJqc-rK-A>

Pra matar preconceito/É preta - Samba que elas querem:

https://www.youtube.com/watch?v=l_QLVDnu8Qw

P.U.T.A - Mulamba - <https://www.youtube.com/watch?v=ZdpZ-93uUnY>

100%feminista - MC Karol e Karol Conka:

<https://www.youtube.com/watch?v=BlnVXmIZ76A>

Mulher do fim do mundo - Elza Soares:

<https://www.youtube.com/watch?v=6SWIwW9mg8s>

A carne - Elza Sores - <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>

Playlist - <https://feminismo.org.br/musicas-feministas/>

Voz da mulher IFRS - Playlist

<https://open.spotify.com/playlist/4DsGF9pxmoOk9bvO85CTsB>

Pode se remoer - Adriana Calcanhotto:

<https://www.youtube.com/watch?v=WzMCmjVZ9I4>

Todas as mulheres do mundo - Rita Lee - <https://www.youtube.com/watch?v=GbncYiYvfvE>

Mulheres Negras - Yzalu - <https://www.youtube.com/watch?v=122kwdWN-v0>

Descontruindo Amélia - Pitty - <https://www.youtube.com/watch?v=ygcrcRgVxMI>

Meu sexo - Larissa Luz - <https://www.youtube.com/watch?v=c8jPGShyhbM>

Pagu - Rita Lee - <https://www.youtube.com/watch?v=0n5M6RF0IDE>

Eu sou problema meu - Clarice Falcão - <https://www.youtube.com/watch?v=rDAd302a2Ic>

Luz del fuego - Rita Lee - https://www.youtube.com/watch?v=3d_QajY9WRA

Respeita - Ana Canas - <https://www.youtube.com/watch?v=Hnan1HTbozQ>





RECONHECENDO

sujeitos

e LUGARES |

A proposta desta atividade tem como objetivo promover reflexões sobre sujeitos e espaços das relações de convivência das mulheres participantes do curso, oportunizando a reflexão sobre a inserção no cotidiano dos conceitos e práticas abordados no curso, além de contribuir, em suas perspectivas, para a construção de uma proposta coletiva. As atividades serão utilizadas nas oficinas 2 e 3.

1a. Fotografar/desenhar/pintar até duas mulheres do seu cotidiano que você admira, trazendo um breve relato sobre a trajetória de vida dela(s) e porque a(s) escolheu.

1b. Fotografar e pesquisar a constituição histórica de um espaço de atendimento de política pública ou um espaço de participação social ou comunitária do qual participe próximo da sua casa, estudo ou trabalho, preferencialmente no bairro onde se dá a ação educativa do curso. Como surgiu, em que ano, quais pessoas participaram da construção daquele espaço, qual política pública ele atende.

Atividade
à distância





oficina 2

Trajetórias de

EMPODERAMENTO

e lugar de fala

«Eu tenho uma amiga minha que diz assim, a gente não tem a faculdade né, a formação de uma faculdade, mas tem a faculdade da vida. Porque quando tu te torna uma liderança comunitária, tu vai aprendendo. E hoje eu posso discutir com qualquer assessor de governo sobre aquilo que eu participei na área da educação, da habitação e hoje da assistência quase que de igual pra igual.»

Cláudia Maria



designed by freepik



Resumo

Nesta oficina a proposta é abordar conceitos introdutórios de empoderamento, lugar de fala, interseccionalidade e sororidade e relacioná-los com o cotidiano das participantes. Este encontro tem como objetivo mostrar e desconstruir o lugar em que a mulher é inserida e representada na sociedade e provocar a reflexão sobre o conceito de empoderamento e seus usos nos mais diversos aspectos mercadológicos e sociais. A importância do lugar de fala bem como representatividade serão trazidos junto à questão da interseccionalidade, produzindo a articulação das vivências com o conhecimento teórico. Trabalhando a partir dos retratos trazidos pela participantes referentes à atividade 1a do módulo à distância 1, é proposta reflexão sobre situações de opressão *versus* empoderamento a partir da valorização das trajetórias individuais e coletivas, trazendo à luz mulheres invisibilizadas nos mais diversos âmbitos da vida (social, acadêmica, profissional, comunitária). A partir da aplicação de práticas de escuta, promover a sororidade entre as mulheres, trabalhando este conceito em contexto sócio-cultural de violência de gênero, de estímulo à competição entre mulheres e de misoginia.

- Conhecimentos prévios (20min).

Descrição: Propondo a organização de grupos entre as participantes, para que debatam e escrevam em um cartão os conhecimentos prévios sobre lugar de fala, empoderamento, interseccionalidade e sororidade.

Os cartões serão apresentados após a atividade de reflexão proposta.

Metodologia

- «Marketing rosa» versus empoderamento (1h).

Descrição: Apresenta-se algumas imagens relacionadas ao processo de empoderamento individual, coletivo e social, bem como outras imagens relacionadas a propagandas ou textos que pretendem ser empoderadores, mas colocam a mulher numa condição subalterna ou não problematizam a questão estrutural do patriarcado. Com base nestas imagens, discute-se a recorrência delas no cotidiano das mulheres e apresenta-se os processos/conceitos de empoderamento relacionados à emancipação das mulheres, aprofundando a discussão sobre interseccionalidade. Problematicando o aspecto mercadológico que o capitalismo faz uso dos movimentos, em especial no contexto do curso do feminismo, promovemos a reflexão sobre como produzir emancipação e introduzimos a importância da sororidade na construção de uma sociedade com maior equidade de gênero. Ao final da atividade, realizamos o cruzamento dos conceitos colocados nos cartões de conhecimentos prévios com os conceitos trabalhados na atividade.





- Roda de conversa de apresentação da atividade 1a do módulo à distância (1h).

Descrição: Em formato de roda de conversa, as participantes apresentam a(s) mulhere(s) escolhidas e os motivos que as fazem admirá-las. Ao final da atividade refletimos sobre se os processos que as fizeram ser escolhidas são de empoderamento ou de opressão e como eles se entrecruzam na vida das mulheres de maneira geral e em grupos específicos, estabelecendo a articulação com o conceito de lugar de fala, que iremos abordar nas próximas atividades, bem como que movimentos de sororidade podem ser utilizados para promoção de empoderamentos mútuos entre mulheres de um mesmo contexto. Nesta atividade também pretende-se como uma das abordagens refletir sobre a invisibilidade das mulheres em diversos lugares.

- Dinâmica das coisas (40min).

Descrição: Esta atividade tem como objetivo promover a reflexão sobre como se dão as relações de poder entre diferentes grupos (hegemônicos e subalternizados) e como eles produzem determinados lugares de onde as situações são percebidas, os lugares de fala. A atividade oportuniza a vivência em diferentes perspectivas. Formam-se 3 grupos, em que o primeiro grupo será denominado «COISAS», o segundo grupo será o de «PESSOAS» e o terceiro grupo será o de «OBSERVADORAS». Durante 5 minutos, o grupo de «PESSOAS» pode ordenar e realizar ações sobre o grupo de «COISAS». Este deve realizar tudo o que as «PESSOAS» ordenam, sem falar, nem reclamar. O terceiro grupo apenas observa as «PESSOAS» mandando nas «COISAS». Após 5 minutos, realiza-se a troca dos papéis entre os grupos. Ao final, das 3 rodadas, promovemos uma roda de conversa sobre como é estar em cada um dos três grupos, sendo «COISAS», «PESSOAS» e apenas «OBSERVADORES» e como impacta em nossas perspectivas estar em um ou outro lugar. Pode-se perguntar ao primeiro grupo que foi «COISAS» se isso mudou algo nas atitudes quando se tornaram «PESSOAS». Ao grupo de «PESSOAS» como foi ter o poder sobre outras, e ao terceiro grupo como é ficar apenas observando quando pessoas são tratadas como coisas em um determinado contexto.

- Lugar de Fala (20min).

Descrição: Sugerimos a utilização do vídeo constante em nossa Biblioteca de vídeos, da filósofa Djamila Ribeiro, para exemplificar o que significa o termo «lugar de fala». Ao final da atividade, refletimos sobre como é necessário realizar o exercício de escuta e sororidade para com a próxima e a importância disso nos processos de transformação do contexto local, social e cultural.





Conceitos

Empoderamento

É o processo de tomar o poder para si. Poder sobre seu corpo, sua vida, seus desejos e seus projetos. O processo de empoderamento surge a partir de uma tomada de consciência dos agenciamentos que o patriarcado realiza sobre as mulheres. A partir desta percepção, a mulher passa a questionar e agenciar uma transformação na sua realidade e contexto. É importante ressaltar que o aspecto econômico também é importante, sendo este um dos eixos de diversos programas de emancipação feminina.

«Para saber mais»: BERTH, Joice. *O que é empoderamento? (Feminismos Plurais)*. Belo Horizonte, MG: Editora Letramento: Justificando, 2018. Edição do Kindle.

São pontos de partida, perspectivas de vida que se realizam dentro de determinado contexto social, histórico, cultural e de acordo com determinadas características individuais que inserem em grupo coletivos. Ao falar de si, muitas vezes se fala de uma perspectiva coletiva, bem como esta se insere na trajetória individual do sujeito. Ter um lugar de fala, ou assumir que fala de determinado lugar, é assumir que todos apresentam trajetórias e que falam desta perspectivas, não existindo um sujeito único e universal.

«Para saber mais»: RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala? (Feminismos plurais)*. Belo Horizonte, MG: Editora Letramento: Justificando, 2017. Edição do Kindle.

Lugar de fala

Interseccionalidade

Conceito introduzido pelo feminismo negro, em que busca dar conta de múltiplos aspectos que compõem o universo chamado «mulheres». Desta forma, busca definir um termo em que se trabalhe a interlocução entre diversos tipos de opressão, não existindo uma hierarquia entre elas, mas aspectos específicos que dizem respeito àquela intersecção. Para além da divisão de categoria dentro do movimento feminista para abarcar as diferença entre as mulheres, tem sido também utilizada como uma ferramenta de análise nos estudos acadêmicos.

«Para saber mais»: AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. S.P.: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

É a aversão a tudo o que diz respeito às mulheres, como se fossem incapazes de produzirem fora do espaço privado. Desta forma, suas competências são constantemente questionadas, seus corpos subalternizados ao desejo e poder masculino, suas vozes silenciadas e suas produções colocadas como de segunda categoria. Diz respeito ao processo de rejeição dos corpos, mentes, desejos, tudo o que diz respeito ao feminino, exceto quando estes servem ao patriarcado.

«Para saber mais»: SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

Misoginia





Sororidade

É um termo recente do movimento feminista, usado em alternativa à fraternidade (irmão), que diz respeito ao movimento de irmandade entre as mulheres, de promoção de empoderamento mútuo como modo de transformação da realidade social, visando alianças entre as mulheres para a desconstrução do patriarcado e de seus agenciamentos perante os corpos de mulheres. Diz respeito à promoção da empatia e do entendimento das intersecções. Não quer dizer que todas as mulheres devem ser amigas, mas que a construção das atitudes umas com as outras devem levar em consideração as condutas que podem ser agenciadas pela cultura machista bem como promoverem impactos estruturais nos contextos sociais e institucionais em que mulheres se aliançam. Busca quebrar e destruir a cultura da competitividade entre mulheres que o patriarcado introduz a partir do senso comum e de representações de que mulheres não podem ser amigas e só podem competir entre si constantemente.

«Para saber mais»: BENARDES, Célia Regina Ody. et al. *O que é Sororidade e por que precisamos falar sobre?* In Carta Capital, jun. 2016. Disponível em:

<<http://www.justificando.com/2016/06/02/o-que-e-sororidade-e-por-que-precisamos-falar-sobre/>>.

Acesso em: 11 out. 2019.

Dá conta de uma série de situações em que as mulheres são sujeitos determinantes para o funcionamento da sociedade e da vida cotidiana, mas que ficam invisibilizadas por serem renegadas à coadjuvância. Assim, acontece com as tarefas domésticas, com movimentos comunitários, políticos, acadêmicos, em que as mulheres passam a serem vistas a partir de lutas coletivas, mesmo que tenham tido ação preponderante na construção destas estruturas.

Mulheres invisibilizadas

«Para saber mais»: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

Violências de gênero

São violências praticadas contra pessoas em virtude do gênero que possui e é oriunda pelo preconceito. Podem ocorrer tanto na esfera doméstica quando nos ambientes de trabalho, político, institucionais. Ela são categorizadas segundo algumas características: podem ser psicológicas, físicas, econômicas ou patrimoniais, sexuais, sociais, morais, simbólicas, obstétricas. Existem diversos tipos de violência e algumas delas são o alicerce para o aumento dos casos de feminicídio no país.

«Para saber mais»: QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. *FALA SÉRIO: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, NÃO!*. Jaguarão: CLAC, 2018.





Sugestões de imagens para a atividade sobre empoderamento





oficina 3

(re)Conhecendo

DIREITOS

humanos

e AS POLÍTICAS
PÚBLICAS

no território

«O que a gente aprendeu
ao longo desses anos que o
maior instrumento que nós temos
na nossa vida é o conhecimento
e a informação para garantir
os nossos direitos.»
Maria Guaneci





Resumo

Esta oficina aborda o conceito de direitos humanos e seu histórico no mundo e no Brasil, problematizando a legislação como garantia ou como violação de direitos. Citamos exemplos de períodos e legislações que violavam/am direitos, em especial nos períodos da ditadura e escravidão e sobre mulheres. Abordamos os objetivos das políticas públicas e de que forma podemos garantir o exercício deste direito.

Elencamos as principais legislações nos setores da saúde, educação, moradia, segurança pública e assistência, além dos chamados grupos minoritários, como mulheres, negritude, indígenas e comunidade LGBT. Nesta oficina, utiliza-se o resultado da atividade 1b realizada à distância, localizando no mapa da localidade onde o curso é ministrado a rede de atendimento das principais políticas públicas para o bairro.

Esta oficina tem como objetivo, ainda, promover uma reflexão sobre a situação da comunidade local, a partir da perspectiva de constituição histórica destes espaços de atendimento, constituindo conjuntamente com as participantes do curso a sua história e relacionando-a com o contexto regional e mundial.

- O que são Direitos Humanos? (40min).

Descrição: Com o auxílio de recurso audiovisual (sugestões estão na Biblioteca de vídeos), é realizada a constituição histórica dos direitos humanos no mundo. Apresenta-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao debater sobre esta constituição histórica, a proposta é refletir sobre como as legislações avançam e recuam, e como elas podem promover garantia mas também a retirada de direitos, em determinados momentos e contextos históricos.

Metodologia

- Direitos como garantia x violação de direitos (40min).

Descrição: Considerando a experiência das lideranças comunitárias convidadas e das participantes do curso, em formato de roda de conversa, realiza-se relatos com vivências relacionadas à violação de direitos, respaldadas em legislações vigentes, tais como leis do período escravocrata, relacionadas aos direitos das mulheres e das demais minorias, leis das domésticas, ditaduras, entre outros exemplos. Utilizamos imagens que podem provocar os debates e sobre como estes processos legislativos evoluem. Aqui propomos a reflexão sobre se a legislação se configura como uma garantia ao direito, ou se são necessárias outras ferramentas para esta garantia, como participação popular em conselhos e movimentos sociais, associações, trazendo exemplos históricos e atuais sobre o assunto, com imagens, e numa apresentação dialógica.

- Jogo da Memória das Políticas públicas (1h).

Descrição: Apresentamos as principais legislações dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal através de um jogo de memória colaborativo. É necessário





trazer impressos/escritos em cartões os principais dados de desigualdade que ensejam as políticas públicas, as principais legislações que atuam em relação a estas desigualdades e cartões em branco a serem preenchidos com a rede de atendimento da localidade pesquisada por elas. Com cartões e auxílio da instrutora e lideranças, relaciona-se os principais dados de desigualdades no país e localidade (quando for possível obter o recorte) com a sua respectiva política pública e rede de atendimento.

- Mapa da rede de atendimento (1h).

Descrição: Com base em mapa do bairro/localidade impresso, as participantes apresentam os espaços escolhidos referentes a atividade à distância 1b (fotografar os espaços de atendimento de políticas públicas) e sua constituição histórica. Estas fotos, enviadas anteriormente por meio virtual e impressas pela instrutora, serão inseridas no mapa.

- Apresentação das atividades do módulo à distância 2 (10min).

Descrição: Explica-se as atividades do módulo à distância 2a e 2b.

Conceitos

Desigualdades sociais

Processo das relações sociais que determina um lugar aos desiguais pelos que detêm o poder hegemônico, prejudicando o acesso a direitos básicos e de oportunidades. É um ciclo vicioso, com concentração de renda e poder a determinados grupos e indivíduos.

«Para saber mais»: *Desigualdades sociais. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/edu/por-tema/2018/07/01/Desigualdades-sociais>. Acesso em 11 de outubro de 2019.*

É o conjunto de ações de governos, com participação de entes públicos e privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos ou segmento social, cultural, étnico ou econômico. A política pública pode ser uma decisão de governo ou uma ação de estado. Esta última, ocorre independentemente de governos e é amparada pela Constituição. A política pública de governo pode deixar de existir pela alternância de governos. Uma boa política pública de governo pode virar política de estado e ser incorporada à lei. O executivo é o responsável pela sua implementação e execução. A participação social é obrigatória mediante a implementação dos conselhos de participação popular (obrigação do estado garantir esta participação).

Políticas Públicas

«Para saber mais»: *Políticas Públicas: o que são e para que servem? Disponível em: <<https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>>. Acesso em 11 de outubro de 2019.*





Direitos Humanos

Os direitos humanos são direitos fundamentais para a garantia de uma vida digna e plena. Eles são inerentes a todos os seres humanos. São universais porque são aplicados a todos de forma igual; inalienáveis, ou seja, não podem ser vendidos ou cedidos; interdependentes e indivisíveis, pois um direito não se sustenta quando outros não são respeitados. Os direitos humanos protegem indivíduos e grupos de ações contra liberdades fundamentais e a dignidade humana. Eles estão inscritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento escrito pela ONU - Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, em decorrência dos crimes contra a humanidade praticados durante a Segunda Guerra Mundial. «Para saber mais»: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

A Constituição Federal é a legislação maior de um país. Determina diretrizes para todas as legislações aplicáveis. A atual Constituição Federal brasileira foi aprovada pela Assembleia Constituinte em 22/09/1988 e promulgada em 05/10/1988, sendo a sétima constituição brasileira. Para realizar qualquer alteração no texto é necessário dois terços do Congresso Nacional. Ela prevê maior efetividade aos direitos fundamentais, com direitos e deveres individuais e coletivos. Considera como direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Define também as competências de cada instância administrativa na aplicação das políticas públicas, além de definir as garantias de exercício dos direitos políticos. É conhecida como Constituição Cidadã, por ter sido elaborada durante a redemocratização do país.

Constituição Federal

Grupos minoritários

São grupos sociais, culturais, econômicos em situação de alguma desvantagem social. Em virtude de comportamentos preconceituosos ou discriminatórios por parte da sociedade ou por parcela desta, estes grupos têm menor acesso aos direitos humanos fundamentais e às políticas públicas. Encontram-se em situação de vulnerabilidade social, cultural ou econômica, demandam luta contra o padrão cultural vigente discriminatório e necessitam constantemente se afirmarem. São segmentos sociais com menor representatividade nos espaços públicos de decisão, bem como são pouco representados ou visibilizados de forma negativa.

«Para saber mais»: *O que são minorias?*

Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-sao-minorias/>. Acesso em 11 de outubro de 2019.





Jogo da Memória

<p>Lei nº 9.394, 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</p>	<p>Lei nº 13.005, 25/06/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.</p>	<p>Lei nº 8.080, 19/09/1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.</p>
<p>Lei nº 8.142, 28/12/1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS - Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros.</p>	<p>Lei nº 11.124, 16/06/2005. Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.</p>	<p>Lei nº 8.742, 07/12/1993. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.</p>
<p>Lei nº 12.435, 06/07/2011. Sistema Único de Assistência Social - SUAS.</p>	<p>Lei nº 3.807, 26/08/1960. Lei Orgânica da Previdência Social.</p>	<p>Lei nº 8.069, 13/07/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>
<p>Lei nº 11.346, 15/09/2006. Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional.</p>	<p>Lei nº 10.257, 10/07/2001. Estatuto da Cidade.</p>	<p>Lei nº 12.288, 20/07/2010. Estatuto da Igualdade Racial.</p>
<p>Lei nº 11.340, 07/08/2006. Lei Maria da Penha.</p>	<p>Lei nº 13.104, 09/03/2015. Lei do Feminicídio.</p>	<p>Lei nº 9.504, 30/09/1997. Lei de Cota Eleitoral por Gênero.</p>





Declaração Universal dos Direitos Humanos

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do Homem conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem;

Considerando que é essencial a proteção dos direitos do Homem através de um regime de direito, para que o Homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão; Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declaram resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efetivo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Artigo 1º - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2º - Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Artigo 3º - Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4º - Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Artigo 5º - Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6º - Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica.

Artigo 7º - Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra





qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8º - Toda a pessoa tem direito a recurso efetivo para as jurisdições nacionais competentes contra os atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9º - Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10 - Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

Artigo 11 - Toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas. Ninguém será condenado por ações ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam ato delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o ato delituoso foi cometido.

Artigo 12 - Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito à proteção da lei.

Artigo 13 - Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14 - Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de se beneficiar de asilo em outros países. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15 - Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16 - A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado.

Artigo 17 - Toda a pessoa, individual ou coletiva, tem direito à propriedade. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18 - Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19 - Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20 - Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21 - Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos: e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual com voto secreto ou





segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Artigo 22 - Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23 - Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e a sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Artigo 24 - Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas.

Artigo 25 - Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e a sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social.

Artigo 26 - Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.

Artigo 27 - Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam. Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Artigo 28 - Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração.

Artigo 29 - O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade. No exercício deste direito e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente e aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30 - Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma atividade ou de praticar algum ato destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.





RECONHECENDO

sujeitos

e LUGARES ||

A partir de olhares sobre o bairro advindos de diversos meios (redes sociais, jornais, sites, páginas), a atividade 2 visa propor uma busca por potências e dificuldades relacionadas à comunidade do contexto da ação formativa, promovendo um exercício de reflexão sobre como as participantes (r)ex(sistem no contexto e de que forma gostariam de se mostrar ao mundo.

2a. Trazer matérias, vídeos, posts sobre o bairro.

2b. Elaborar um autorretrato (livre) e um breve texto (falado, escrito, desenhado, musicado) para compor o material do curso, considerando sua identidade, pertencimento e lugar de fala.

Atividade
à distância





oficina 4

Experiências DE COMUNIDADE:

PARTICIPAÇÃO e

REPRESENTAÇÃO

femininista

NO COLETIVO

«O que me motiva? É, como é que eu vou dizer, aquela coisa assim de ajudar, de ajudar, de ser humana, isso eu aprendi na minha família. Eu aprendi com meu pai ser voluntária o resto da vida. Sempre ajudando, sempre apoiando, então a gente foi tendo, eu tive aquela construção, de estar junto. É humanitário... e é tão grandioso a gente poder ajudar as pessoas sem ganhar nada..»
Almerinda





Resumo

A partir de imagens e reportagens sobre o bairro, trabalhamos o conceito de comunidade/comunitário, suas potências e dificuldades. Abordamos o sentido de coletivo/coletividade, relacionando os espaços e locais de participação comunitária/popular, como conselhos, coletivos, associações, movimentos sociais e organizações não-governamentais. Trazemos as experiências das lideranças e formas de mobilização, problematizando e elencando os aspectos ressaltados como importantes para o exercício pleno da participação. Comunicação dentro de uma perspectiva ética, nos seus aspectos verbal e não verbal, exercícios de argumentação, bem como a importância do autorreconhecimento e do conhecimento na comunicação em grupo. Divergência e conflito e a liderança como mediadora. Trazemos o conceito de ética como postura de vida, relativizando o conceito de verdade e refletindo sobre as relações com o outro.

- Telefone sem fio (30min).

Descrição: Uma participante pensa numa frase e fala no ouvido da outra, e assim por diante. A última pessoa fala em voz alta para o grupo. Esta atividade promove a reflexão sobre a importância de praticar uma comunicação eficaz e ética e a necessidade de conhecer sobre o que se comunica. Trabalharemos a importância da comunicação e como isso pode gerar conflitos.

Metodologia

- Roda de conversa com as Lideranças (1h).

Descrição: Em formato de roda de conversa iremos trabalhar os tipos de liderança, trazendo pontos importantes sobre como nos posicionarmos, abordando situações vivenciadas e atuação em relação a conflitos e divergências.

- Vídeo sobre ética (40min).

Descrição: Trabalhamos o conceito de ética como um exercício diário sobre os mais diversos aspectos, a partir de um vídeo do filósofo Mário Cortella.

- O lugar onde vivo (1h20min).

Descrição: Nesta atividade trabalha-se a história de constituição do bairro/localidade. Com base nos recortes trazidos referentes à atividade à distância 2a traremos o debate sobre comunidade, suas potências e problematizações relacionadas ao seu cotidiano e ao seu coletivo, traçando uma história do coletivo, como ele é representado e como é percebido por cada indivíduo presente no curso.





Conceitos

Comunidade

Comunidade hoje tem um significado fluido. Elas podem ser identitárias, com base em algum aspecto relacionado à condição de vida das pessoas. Desta forma, uma mesma pessoa pode ser integrante de diversas comunidades. No sentido mais tradicional, fazer parte de uma comunidade pressupõe a partilha, a construção coletiva de soluções e os afetos comuns a todos integrantes daquela comunidade. O capitalismo produziu um individualismo e uma meritocracia que fizeram com que estes sentimentos de partilha e de laços comunitários se tornassem tênues, fluidos e, algumas vezes, inexistentes.

«Para saber mais»: BAUMAN, Zgmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

São organizações autogeridas que possuem objetivos em comum. São descentralizados, flexíveis, situacionais e autônomos, o que significa que são fluidos, móveis e sua composição pode ser variável.

«Para saber mais»: *Coletivos são novo modelo de mobilização entre os jovens*. Disponível em <https://nacoesunidas.org/coletivos-sao-novo-modelo-de-mobilizacao-entre-os-jovens/>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

Coletivos

Conselhos

São órgãos criados pelo Estado para consultar, fiscalizar e normatizar políticas públicas a partir do olhar da sociedade civil em conjunto com o poder público, garantindo a participação popular e a gestão democrática das políticas públicas. Eles podem ser municipais, estaduais ou nacionais e setoriais, ou seja, têm a função específica de trabalhar com determinada área da política pública.

«Para saber mais»: COVAS, Fabíola Sucasas Negrão. *Conselhos de Políticas Públicas*. Disponível em: mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/texto%20Conselhos%20de%20Políticas%20Públicas_1.pdf. Acesso em 11 de outubro de 2019.

São grupos organizados da sociedade civil, que buscam alguma transformação social, por meio de uma ação coletiva, reivindicatória, política e mesmo revolucionária.

«Para saber mais»: GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola. São Paulo: 1997.

Movimentos sociais

Associações

Organização de pessoas com fins não econômicos em prol de objetivo em comum, não paramilitar, com uma organização prevista em estatuto.





Liderança comunitária

O entendimento de liderança comunitária está focado no conceito de processo que ocorre de forma orgânica entre liderança e comunidade com vistas ao alcance dos objetivos de transformação social pretendido pela comunidade. Desta forma, o/a líder comunitário/a atua no sentido de representar a comunidade bem como de motivá-la.

Neste sentido, liderança se exerce no individual, no coletivo e nas relações. «Para saber mais»: ANDRADE, Rodrigo Rojas. *El liderazgo comunitario y su importancia en la intervención comunitaria. Psicología para América Latina, Chile, v. 25, 57-76, 2013.*

Conjunto de noções e princípios que sustentam a conduta humana individual e coletiva. A ética precisa permear todas as ações e âmbitos da vida da pessoa. Diz respeito a um código social que assegura a todos parâmetros de boa convivência.

Ética

«Para saber mais»: CORTELLA, Mário Sergio. *O que é ética? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2gVCs2fIIo>. Acesso em 11 de outubro de 2019.*

Divergência e conflito

Os debates de ideias são saudáveis e oportunizam o amadurecimento de projetos e ações coletivas. Ocorrem de maneira natural quando duas ou mais pessoas trabalham em conjunto. Em relação à diferença entre conflito e divergência é importante ressaltar que o conflito é o confronto e ocorre quando há uma tentativa de anular ou minimizar o interlocutor. Pode ser verbal ou até mesmo físico. A convivência pressupõe a divergências de ideias de forma natural, sem que se chegue a um conflito. Para lideranças comunitárias é importante ter clareza de que a postura irá determinar o resultado a ser alcançado. As divergências fortalecem os processos democráticos enquanto os conflitos tendem a esvaziar os espaços de participação popular.

É um termo utilizado pelo psicólogo Marshall Rosenberg para tratar das formas como as pessoas poderiam se comunicar de forma a dialogar sem conflitos. Ele parte do pressuposto de que as pessoas que convivem em uma sociedade com base em princípios de agressividade tendem a ser mais agressivas em suas palavras e atitudes e estabelece uma proposta para que as pessoas possam se comunicar com empatia e de forma acolhedora, promovendo inclusive maior cooperação.

Comunicação não violenta

«Para saber mais»: ROSENBERG, Marshall. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Agoora Editora: São Paulo, 2006.*





oficina 5

Narrativas da

CAMINHADA E

NOVAS

TRAJETÓRIAS

«Eu me vejo como uma lutadora em defesa dos interesses da população mais carente, não que eu não seja carente, mas eu acho que tem gente muito mais do que eu, que precisa muito mais de uma ajuda, de um esclarecimento. Eu não me vejo como líder, eu me vejo como lutadora. Uma defensora dos direitos das pessoas mais carentes, porque quando tu entra numa coisa, tu vai defender que o posto de saúde tem mais remédio, tu não tá só pra ti, tu não está querendo legislar em causa própria, tu não tá olhando só pra ti.»

Djanira



designed by freepik



Resumo

Esta oficina tem o objetivo de realizar a retomada dos conceitos trabalhados ao longo do curso e fazer uma avaliação qualitativa sobre como chegamos e saímos do curso, quais mudanças percebemos e como a história de vida das demais participantes nos afetou. Para tanto, sugerimos constituir uma biblioteca humana, em que as participantes relatam um pouco de si e, com suas palavras, explicam o significado do conceito que mais lhe afetou. A atividade pode ser gravada. Através da técnica da ficha de assinatura, temos como objetivo trocar impressões mútuas, de como uma colega vê a outra, com palavras que possam constituir um quadro da turma. Com a aplicação da técnica do mapa da vida queremos realizar uma avaliação qualitativa sobre como percebemos nossa trajetória até aqui e como fomos afetadas pelas trocas no curso, trazendo imagens do coletivo e realizando roda de conversa sobre novas possibilidades individuais e coletivas e de cursos e possíveis correções metodológicas. Com base no autorretrato, propomos fazer a prática de stencil ou pintura para colocarmos nossa imagem em algum tecido, cartaz, roupa. Ao final, aplica-se um formulário de avaliação.

- Biblioteca humana e Mapa da vida (1h30min).

Descrição: As participantes utilizam o texto solicitado na atividade à distância 2b para falar sobre como se identificam e se reconhecem. A técnica do mapa da vida aplicada ao curso é uma auto-avaliação da trajetória individual e coletiva e dos afetos que o curso promoveu em si. A proposta é verificar qualitativamente a metodologia proposta bem como a assertividade das temáticas. Ao mesmo tempo, retomamos os conceitos abordados ao longo do curso, com cada participante explicando com suas palavras qual o conceito que mais lhe afetou. Estas atividades podem ser gravadas.

Metodologia

- Ficha de assinatura (30min).

Descrição: Cada participante diz uma palavra sobre outra participante, que é anotada junto aos nomes em um cartaz, constituindo, assim, um quadro de assinaturas da turma.

- Pintura e auto-retrato (1h15min).

Descrição: Com a técnica de *stencil* ou com pinturas ou desenhos, realizaremos o registro em algum tecido, cartaz ou outro suporte, do nosso autorretrato, solicitado na atividade 2b. A proposta é imprimirmos as palavras da ficha de assinatura também nos suportes.

- Formulário de avaliação (15min).

Descrição: Aplicação de formulário de avaliação do curso, sobre metodologia, formato, horários, infraestrutura, equipe, conhecimentos, entre outros. Sugerimos também que seja disponibilizado um espaço para sugestões de novas temáticas e formatos de ações com mulheres.





Palavras de gratidão

Lugar de fala. Sororidade. Feminismo. Alteridade. Igualdade. Interseccionalidade. Palavras complicadas, ou nem tanto. Que transitam diariamente em nossas vidas. Mas são palavras que só fazem sentido se colocadas em prática para além de estudos acadêmicos e universitários. Falar em igualdade e pensar que o único conhecimento válido é o acadêmico não é praticar igualdade. Este curso busca promover uma desacomodação, um incômodo nas nossas práticas institucionais e permitir escutar outras vozes, muitas vezes silenciadas ou renegadas ao segundo plano. Tenho gratidão pela Guanecis, Almerindas, Djaniras, Cláudias, Saletes, Karinas, Mahiras ou Rosângelas, Kathiellys (com ou sem «h»), Anas, Marianas e Alanas. Mulheres e meninas que se dispõem a realizar essas trocas de experiência e de conhecimento e que nos brindam com lindos momentos de aprendizagem. Obrigada por ajudarem a construir um mundo melhor, mais igualitário e dentro de uma nova perspectiva de equidade de gênero, de raça e de classe. Deixo palavras de coragem e de união. Porque só o coletivo transforma. Acreditando neste pequenos espaços de (trans)formação podemos mudar o mundo. Tenho fé nisso. Ninguém solta a mão de ninguém! Até breve, parceiras!

*Trecho retirado do texto Um superpoder chamado sororidade, de Stefanny Lima
(site nossacausa.com.br)*

Sororidade é um dos pilares do feminismo que se refere à irmandade entre as mulheres. É empatia, companheirismo e proteção. É aceitação, concordância e colaboração. Seu maior inimigo é o patriarcado que sempre a desacredita para impulsionar desunião – mulheres juntas? Jamais! Meninas e mulheres são encorajadas a competir umas com as outras e não a caminharem uma ao lado da outra. Desde muito cedo há conflito por qualquer tipo de atenção, principalmente masculina. Cada coração partido cria versões vingativas, um “resultado” estereotipado por filmes e por novelas que pregam essa rivalidade de formas inacreditáveis.(...)

Quando se acredita e se aplica a sororidade, meninas e mulheres se apoiam. Não há rivalidade, mas progresso. Em muitos casos, elas passam a trabalhar por si mesmas e pelas outras. Elas geram empregos para mulheres, permitem que mulheres contribuam e se tornem inspirações – e se deixam levar sendo inspiradas por elas. Com a sororidade há respeito mútuo regado de aprendizado e de descoberta. Como o próprio nome diz, há irmandade. Nesse ciclo, não há minimização, mas uma elevando a outra para que sejam vistas e ouvidas, estimuladas a fazerem o que acreditam, a batalharem fora da zona de conforto, a lutarem pelos seus direitos. Mulheres unidas acarretam mudanças significativas na sociedade. Não é preciso ser melhor amiga da outra para investir e acreditar nela. Basta estar lá por ela, ser empática, ser companheira, ser protetora.

Não menos importante: ser responsável pelo empoderamento dela. Mulheres também são capazes de provocar desigualdades. Há muitas que ainda não se libertaram do patriarcado e reproduzem atos/discursos machistas. Elas devem ser excluídas da irmandade? Muito pelo contrário. Essa lacuna abre chance para o diálogo e para pôr fim a essa “ideia” de que uma mulher vive e respira para colocar a outra para baixo na menor oportunidade. É um processo longo e, por vezes, não alcança um resultado positivo. Porém, é importante fazer a sua parte, pois meninas e mulheres sofrem com esse “ódio” diário, não só aqui, mas no mundo todo. É importante sempre mudar ou tentar mudar o discurso. Por que contribuir com a desunião se posso ajudá-las a atingir seus objetivos? A serem respeitadas? A orientá-las sobre seus direitos? Ainda há discrepâncias no universo feminino, claro, mas cada uma tem sua história e, acredite, há muitas desesperadas para serem ouvidas. Só não encontraram uma oportunidade. A partir do momento que se muda a atitude e o discurso, refletir sobre tudo aquilo que provocou, e ainda provoca, dá aval para um novo olhar.





Imagens de uma trajetória





Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Rodrigo Rojas. El liderazgo comunitario y su importancia en la intervención comunitaria. *Psicología para América Latina*, Chile, v. 25, 57-76, 2013.
- BATLIWALA, Srilatha. El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In: En Magdalena León, Poder y empoderamiento de las mujeres. Santa Fé de Bogotá: T/M Editores, 1997, pp. 187-211.
- BAUMAN, Zgmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. *Cadernos Pagu* (20) 2003: pp.177-203.
- CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Rompendo com os scripts de gênero e de sexualidade na infância. In: SARAIVA, Karla; GUIZZO, Bianca (Org.). *Educação, transgressões e narcisismos*. Canoas/RS: Ed. da Ulbra, 2017.p. 219 – 228.
- FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENO, Winnie et al (organizadoras). *Tem saída?* Porto Alegre: Editora Zouk, 2017. p. 89- 95.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Revista Educação e Realidade*, 20(2):101-132, jul/dez. 1995.
- MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília (DF), 57(1):13-8, jan/fev 2004.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, p. 305-332, maio-agosto/2008.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.
- PRÁ, Jussara Reis. *Mulheres, Feminismo e ação política no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: CirKula, 2016.
- SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonio. *Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 20(2): 71-99, jul./dez., 1995.



